



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 92.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 18 de outubro de 2012, às 09:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Ana Carolina de Brito Machado, Presidente Suplente da URC
2 Alto São Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da
4 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
5 Estado de Minas Gerais – Federaminas; Francisco de Assis Braga, representante
6 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Marcos Antônio
7 Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
8 Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG, Edécio José Caçado Ferreira,
9 representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais –
10 FAEMG; Mauro Ferreira Ellovitch, representante Ministério Público; Roberto Soares
11 Nogueira, representante Comitê da Bacia Três Marias; Anaximandro Lourenço Azevedo
12 Feres, representante Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas –
13 Arcos/Divinópolis; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria de Estado de
14 Desenvolvimento Econômico - SEDE; Mário da Silva Oliveira, representante Conselho
15 Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Rosângela Pereira Gontijo,
16 representante Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana –
17 SEDRU; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de
18 Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Carla Ferreira Vieira Martins,
19 representante do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A reunião foi
20 presidida pela técnica da SEMAD, Ana Carolina de Brito Machado. Apresentou o ato
21 de delegação para presidir a reunião. Em seguida fez a abertura da 92.^a Reunião
22 Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco. Convidou a todos para a
23 execução do Hino Nacional. – **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro.** – Em
24 seguida passou ao item 3 - **Item 3. Comunicado dos Conselheiros** – Anaximandro –
25 Representante PUC Minas – “*Bom dia a todos! Bem vinda senhora presidente. Com*
26 *certeza eu falo em nome dos colegas. É um prazer tê-la aqui conosco nessa Unidade*
27 *Regional Colegiada. Informo inicialmente aos colegas conselheiros que como*
28 *Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco participei do*
29 *Fórum Mineiro de Comitê de Bacia Hidrográfica realizado nessa última segunda e*
30 *terça feira. Dias 15 e 16 de outubro na cidade de Camanducaia. Especificamente no*
31 *distrito de Monte Verde com a participação dos representantes do IGAM, do Consórcio*
32 *PCJ, especialmente do Rio Piracicaba, do Jacui de São Paulo. Podemos trocar uma*
33 *série de experiências sobre gestão de bacia hidrográfica. Tivemos também frutíferas*
34 *discussões a cerca da manutenção e gestão do FHIDRO que serão levadas as*
35 *autoridades do poder executivo como forma de viabilizar a manutenção das bacias*
36 *hidrográficas. Outro ponto que eu queria ressaltar também na nossa última reunião. Eu*
37 *falei sobre a nossa estranheza em virtude do estudo produzido pelo IBAMA e pela*



38 *Universidade Federal de Ouro Preto sobre a região de Arcos, Pains, Doloresópolis,*
39 *região de mineração, a apresentação final se deu em Ouro Preto. Recebemos o convite.*
40 *Muito nos estranhou que essa apresentação não tenha sido realizada na nossa região e*
41 *cobrei então do conselheiro representante do IBAMA, nosso querido Marcelo acerca*
42 *dessa possibilidade de realização dessa apresentação na nossa região. Obviamente*
43 *mais interessada em tomar ciência desses estudos. Por intermédio do próprio Marcelo*
44 *recebi um e-mail dele de volta me passando os contatos dos responsáveis pelos estudos.*
45 *Havia uma questão de custos de deslocamento da equipe para vir aqui fazer essa*
46 *apresentação. Na mesma reunião havia solicitado ao companheiro o conselheiro*
47 *Mário, representante do CODEMA Pains, para eventualmente viabilizar, conversar*
48 *com parceiros que pudessem custear esse deslocamento ao que parecia era somente o*
49 *custo desse deslocamento para a apresentação na nossa região. Tive a grata surpresa*
50 *de ter sido procurado pelos representantes da AMPAR, Associação de Mineradores de*
51 *Pains, Arcos e Região que se colocou a disposição para custear o deslocamento,*
52 *alimentação. Cedeu o espaço para essa apresentação. O Marcelo não chegou ainda. Eu*
53 *vou falar isso pessoalmente com ele, mas queria deixar isso registrado que nós já temos*
54 *a viabilização dos recursos para uma equipe. Esperamos que não seja muita gente, mas*
55 *a AMPAR se dispôs a partir do intermédio do nosso querido Mário, representante do*
56 *CODEMA Pains, a custear esse deslocamento para que se faça essa apresentação*
57 *desse estudo na nossa região. Eu como uma das minhas áreas de estudo é a democracia*
58 *participativa e a participação popular eu acho que o IBAMA e a própria Universidade*
59 *Federal de Ouro Preto tem muito a ganhar com esse estudo se apresentar, a partir do*
60 *momento que eles apresentarem esse estudo aqui na região e ouvir as pessoas que são*
61 *diretamente afetadas por esse estudo. Quero fazer esse registro. O terceiro e último*
62 *registro já me alongando. Eu falei aqui na nossa última reunião, nessa última reunião*
63 *perdão, acerca de uma eventual modificação na DN 121 de 2008. Conclamei os*
64 *conselheiros colegas meus a levarem a seus respectivos órgãos de classe com a*
65 *manifestação e a contribuição do Dr. Mauro, representante da Procuradoria Geral de*
66 *Justiça, no sentido de possibilitar aquelas empresas que já eventualmente ganham mais*
67 *um ano de prorrogação do seu prazo da licença de operação, na sua certificação*
68 *inicial, a certificação 9001 que na sua recertificação ela pudesse também ser*
69 *beneficiada com mais um ano na sua vigência de licença de operação. Nós poderíamos*
70 *também com a ótima sugestão do Dr. Mauro colocar na DN que eventualmente em caso*
71 *de descumprimento de condicionante as Unidades Regionais, as Superintendências*
72 *Regionais de Regularização Ambiental oficiariam as entidades certificadoras pelo*
73 *descumprimento de eventuais condicionantes da licença de operação do*
74 *empreendimento. Gostaria de saber, quero ouvir dos colegas se nós já estamos*
75 *maduros para eventualmente votar essa proposta de moção hoje. Muito obrigado.” –*
76 *Sônia Melo – SUPRAM ASF – “O conselheiro do IBAMA pediu que nós avisássemos*
77 *aqui que não poderá comparecer hoje a reunião. É o Marcelo do IBAMA pede para*
78 *justificar a ausência dele.” – Paula – SUPRAM ASF – “Gostaria só de apresentar as*
79 *novas analistas que entraram na SUPRAM para o conselho e para o público também.*
80 *Fernanda advogada. Fernanda levanta, por favor, para o pessoal te ver. A Natália,*
81 *engenheira florestal. A Mayla, advogada e a Vilma, também advogada. Nós estamos*
82 *ainda com a previsão, na expectativa de que semana que vem nós temos mais uma*
83 *advogada e o restante da equipe técnica. Elas também estão à disposição para*
84 *esclarecer qualquer dúvida que os senhores tenham. Obrigada.” – Ana Carolina de*
85 *Brito Machado - SEMAD – “Sejam bem vindas ao SISEMA e ao COPAM.” –*



86 Anaximandro – Representante PUC Minas – “*Desejar as boas vindas a todas as*
87 *técnicas em especial a Vilma que foi nossa aluna no curso de especialização em gestão*
88 *ambiental integrada em Divinópolis.*” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
89 FEDERAMINAS – Cumprimentou os novos técnicos, parabenizou a superintendente e
90 questionou: “*Esses técnicos contratados nós vimos que eles serão dispensados, isso tem*
91 *procedência mesmo?*” – Paula – SUPRAM ASF – “*Essa é a orientação que nós*
92 *tivemos, Camilo, do setor de recursos humanos da SEMAD que os contratos são*
93 *temporários. A SEMAD passe agora a cumprir essa determinação de contratos. Como*
94 *eu falei na última reunião. A contratação de pessoas através de contratos*
95 *administrativos é uma forma paliativa que o Estado encontra de receber novos*
96 *profissionais. A SEMAD agora vai ter que cumprir o tempo determinado nesses*
97 *contratos que é de 3 anos. Realmente, nós, eu, Maria Cláudia junto com o Dr. Adriano*
98 *nós estamos tentando reverter a situação. Ver se existe alguma possibilidade de*
99 *manutenção desses profissionais no SISEMA, mas nós não temos nenhuma expectativa*
100 *de renovação dos contratos.*” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
101 FEDERAMINAS – “*Te pergunto porque a minha preocupação é a seguinte e deve ser*
102 *de todos os conselheiros. Os técnicos até ficar enquadrado, aprender o serviço*
103 *direitinho e tal demora. Esse treinamento é custoso. Não tinha jeito, eu até me*
104 *proponho a fazer isso de fazer um convênio e uma entidade pagar esses técnicos e*
105 *ceder para vocês? Alguma coisa nesse sentido?*” – Paula – SUPRAM ASF – “*Eu posso*
106 *levar a proposta para o Secretário. Realmente, Camilo, é uma situação que preocupa*
107 *não só o conselho, mas a toda a Superintendência porque são técnicos, além de pessoas*
108 *muito boas são técnicos muito bons profissionalmente. São técnicos que já adquiriram*
109 *uma expertise que demorou anos mesmos. Nós temos técnicos que está aqui conosco há*
110 *cinco, sete anos. Vai demorar (inaudível) Agora foi. É uma (inaudível)*” – Camilo de
111 Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – “*Paula, então você pode levar*
112 *essa sugestão minha ao Secretário falando que eu me proponho a procurar o Prefeito*
113 *daquelas regiões de Pains, Arcos, Iguatama. Procurá-los e ver se tem jeito de fazer esse*
114 *convênio que com certeza eu acredito que nós conseguimos sensibilizar esses Prefeitos.*
115 *Não sou eu sozinho não. Eu chamo todos os conselheiros. Nós unimos os braços e*
116 *vamos te ajudar nessa situação.*” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
117 Ministério Público – “*Aproveitando então. Além de fazer coro com o Camilo na*
118 *preocupação dele com esses técnicos que vão ser dispensados me preocupa muito. A*
119 *justificativa para a dispensa era que as contratações temporárias estavam virando*
120 *permanentes. Faz sentido, só que para solucionar uma contratação temporária que está*
121 *virando permanente o Estado faz outra contratação temporária. Eu não vejo isso como*
122 *solução, principalmente em prejuízo do trabalho dos que já vinham trabalhando aqui.*
123 *Sem qualquer demérito a quem está chegando agora. São adições muito bem vindas,*
124 *mas até pelos motivos justificantes desse ato administrativo ficam meio prejudicados.*
125 *Se a justificativa para dispensar esse pessoal porque é irregular você fazer a*
126 *contratação temporária o Estado vai e faz mais contratação temporária. Preocupa-me*
127 *o seguinte. Esses técnicos que estão aqui puderam participar desse novo processo de*
128 *contratação temporária? Se foi aberto para todos eles teriam que ter podido participar.*
129 *Se a justificativa de substituição, não o contrato deles é irregular, eles poderiam ter*
130 *participado desse processo seletivo. Ainda tem mais uma preocupação minha. É o*
131 *seguinte. Nada contra também. Acho ótima colaboração que tenha vindo tanta gente*
132 *para ajudar a Dra. Sônia aqui no corpo jurídico que eu sei que é muito procedimento,*
133 *mas nós estamos vendo mais um esvaziamento dos técnicos de campo e um aumento dos*



134 técnicos de escritório. O que entra de novo na minha preocupação. Nós estamos
135 licenciando a baciada e não ter como fiscalizar em campo. Depois gera até uma
136 situação que o Camilo vive batendo aqui de 6 anos, 4 anos depois nós estamos com um
137 procedimento que não passou por uma vistoria e depois tem a licença não revalidada
138 para desgosto dele e para desgosto da URC e da sociedade. Realmente eu fico muito
139 preocupado com essa postura que a SEMAD vem adotando em relação a esse URC. Eu
140 vejo mais prejuízo para a sociedade do que ganho da maneira como a coisa foi feita.” –
141 Paula – SUPRAM ASF – Finalizou: “É uma preocupação minha. Eu agradeço. Acho
142 que toda a ajuda é bem vinda, porque nós estamos juntando esforços mesmo para
143 tentar manter o pessoal que já está treinado nas nossas equipes. Respondendo as
144 perguntas, Dr. Mauro, eles não puderam fazer esse novo edital de contratação. Um dos
145 quesitos para se fazer o processo seletivo era não estar trabalhando com o Estado nos
146 últimos 24 meses. Nós realmente ficamos restritos. Não é só aqui que está acontecendo
147 isso. Em todas as outras regionais nós estamos perdendo muitos técnicos bons. A
148 equipe técnica nós tivemos uma dificuldade para encontrar, mas ela vai chegar. Nós
149 estamos tentando repor a equipe técnica também. Só que nós temos que repor também
150 as equipes dos núcleos de regularização que também foram divididas em três após a
151 transição. É por isso que está demorando tanto, mas o processo foi feito para a equipe
152 técnica também. Se o conselho puder nos ajudar nessa empreitada vai ser muito bem
153 vinda. Nós realmente estamos tentando achar um caminho, uma solução que seja
154 juridicamente viável e que nós consigamos manter os analistas trabalhando na nossa
155 equipe.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD - “De toda a forma eu vou
156 encaminhar, vou levar o conhecimento ao Secretário. Isso já é uma preocupação dele.
157 Isso está sendo visto também pelos Recursos Humanos, pela Secretaria de Inovação e
158 Logística. Já tem um concurso a caminho. Ainda não sei qual é a previsão dele, mas
159 isso tudo está sendo olhado e em breve imagino que vocês já tenham alguma posição do
160 Secretário para alinhar toda essa questão. Realmente é preocupante. Eu vou levar ao
161 conhecimento do secretário.” – Sônia – SUPRAM ASF – “Só fazer a defesa aqui do
162 lado do núcleo jurídico. O número de advogadas que foram contratadas é um número
163 justamente para suprir a carência que nós estávamos. Nós temos passivos com a vinda
164 dos processos do IEF para nós. Para pareceres jurídicos. Já estão todos com pareceres
165 técnicos e parecer jurídico, nós temos até um passivo lá no núcleo e dar parecer
166 jurídico. O número de advogados agora é um número suficiente para nós
167 trabalharmos. Não resta dúvida que a questão técnica, o número de técnicos reduzindo
168 é lógico que vai dificultar, vai ter advogado e às vezes vai faltar mesmo o número de
169 técnicos para o processo desenvolver. Não tem como ele ficar só cartorial porque não
170 tem como dar só parecer jurídico sem parecer técnico, mas o número agora de
171 advogados é para suprir mesmo a carência que nós estávamos.” – Mauro da Fonseca
172 Ellovitch – Representante Ministério Público – “Eu concordo Dra. Sônia. É o que eu
173 falei. Não tiro o mérito. Eu acho que realmente precisava. Vocês estavam precisando
174 desse apoio no corpo jurídico. O que meu preocupa é que nós, desculpe a analogia,
175 mas está fazendo cobertura de pobre. Nós puxamos em cima e descobre embaixo. O
176 procedimento não vai andar do mesmo jeito. Você contratou técnico só para uma área.
177 Talvez o Estado devesse ter focado no equilíbrio. Se não fosse o número ideal de
178 advogados, mas que tivesse um equilíbrio entre o número de técnicos e advogados. Eu
179 vejo maior dificuldade Dra. Eu entendo que esses procedimentos que estão parados do
180 IEF nós temos realmente que dar encaminhamento, mas eu me preocupo muito. É uma
181 coisa que eu vivo batendo aqui de não fazer licenciamento de papel. Não que o



182 *advogado faça, mas estou falando. A pessoa sai daqui com o certificado que nós não*
183 *temos como cobrar, como fiscalizar, como ir a campo de maneira eficiente para*
184 *acompanhar esse cumprimento das licenças. Isso realmente me preocupa. Eu não*
185 *entendo essa postura do Estado que se, por exemplo, excluir os técnicos nos últimos 24*
186 *meses. O Estado então está dizendo que ele teve 24 meses para organizar esse concurso*
187 *público. Como é que faz contratação de emergência agora? Quer dizer, se eles foram*
188 *alijados do processo porque eles estavam na SEMAD nos últimos 24 meses, a*
189 *justificativa é que há 24 meses já tinha a necessidade desse concurso. Eu vejo sérios*
190 *problemas, inclusive na área de patrimônio público com relação a essa postura que a*
191 *SEMAD adotou.” – **Item 4. Exame da Ata da 91ª RO de 27/09/2012.** - Roberto Soares
192 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
193 *Pediu correções: “Na linha 10, o Geraldo Márcio Faleiro é colocado como*
194 *representante do Comitê de Três Marias, no entanto ele veio representar a Suplência*
195 *que é o Comitê do Rio Pará.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Solicitou a
196 *retificação da ata e em seguida colocou em votação e foi **APROVADA**. Esclareceu: “O*
197 *novo regime interno do COPAM já está em vigor. De acordo com ele eu vou fazer a*
198 *leitura toda da pauta primeiro. Quem tiver algum destaque em algum dos pontos, por*
199 *favor, se manifeste. Nós voltamos depois e o restante a minha proposta é que nós*
200 *votemos em bloco para agilizar.” – **Item 5. Processo Administrativo para exame da**
201 **Licença de Instalação: 5.1 Furnas Centrais Elétricas S.A./Linha de Transmissão**
202 **em 500 KV Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 e demais instalações - Linhas de**
203 **Transmissão de Energia Elétrica - Bom Despacho/MG - PA/Nº**
204 **24847/2008/002/2011 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
205 **VISTAS pelos conselheiros Átila Alves e Costa representante da FIEMG e Mauro**
206 **da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. 6. Processos Administrativos para**
207 **exame da Licença de Operação Corretiva: 6.1 MT Manufatura Têxtil Ltda -**
208 **Tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento,**
209 **inclusive artefatos de tricô e crochê - Carmo do Cajuru/MG - PA/Nº**
210 **00725/2006/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
211 **VISTAS pelos conselheiros Átila Alves e Costa representante da FIEMG e Mauro**
212 **da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. 6.2 CLAP Industrial de Alimentos**
213 **Ltda - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados**
214 **- Luz/MG - PA/Nº 07595/2007/002/2010 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF.**
215 **RETIRADO DE PAUTA EM 27/09/2012. 7. Processo Administrativo para exame**
216 **de Revalidação da Licença de Operação: 7.1 Fogos São Jorge Ltda - Fabricação**
217 **de pólvora e artigos pirotécnicos - Santo Antônio do Monte/MG - PA/Nº**
218 **00297/2003/003/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
219 **BAIXA EM DILIGÊNCIA. 8. Processo Administrativo para exame da Licença**
220 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Ricardo Duquech/ KM**
221 **Kalium Mineração S.A - Unidade de tratamento de minerais UTM - Dolores do**
222 **Indaiá/MG - PA/Nº 24721/2010/001/2011 - APEF Nº 4916/2012 - Classe 3.**
223 **Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê e SEDE. 8. Processo**
224 **Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de**
225 **Instalação: 8.1 Ricardo Duquech/ KM Kalium Mineração S.A - Unidade de**
226 **tratamento de minerais UTM - Dolores do Indaiá/MG - PA/Nº 24721/2010/001/2011**
227 **- APEF Nº 4916/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. Destaque Comitê. 9.**
228 **Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Instalação: 9.1**
229 **L’Imerys Indústria e Comércio de Cal Ltda / L’Imerys do Brasil - Fabricação de*****



230 cal virgem, hidratada ou extinta - Doresópolis/MG - PA/Nº 28185/2011/002/2012
231 - APEF Nº 5300/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. - Destaque. - 10.
232 Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 10.1
233 Geraldo de Oliveira Costa / Limeira Agropecuária e Participações Ltda - Fazenda
234 Guarará - Suinocultura (ciclo completo) - Morada Nova de Minas/MG - PA/Nº
235 01009/2012/001/2012 - APEF Nº 02504/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram
236 ASF. - Vistas Ministério Público. - 10.2 Elza Henriques de A. Oliveira EPP /
237 Cerâmica KF - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não
238 listadas ou não classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de
239 barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01691/2003/005/2012
240 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. - Destaque da SUPRAM. - 10.3 Cerâmica
241 Lajinha Ltda EPP - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos
242 não listadas ou não classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de
243 barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01613/2003/003/2012
244 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - 10.4. Nelson Nunes / Atelier Indústria de
245 Moda Ltda - ME - Serigrafia - Divinópolis/MG - PA/Nº 10527/2011/001/2012 -
246 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Destaque Comitê. - 10.5 Bel Minas Ltda -
247 ME - Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo
248 de segurança - São Sebastião do Oeste/MG - PA/Nº 16367/2011/001/2012 - Classe
249 3 - Apresentação: Supram ASF. - Destaque do empreendedor e Comitê. - 10.6
250 Cerâmica Oeste Ltda EPP - Outras formas de tratamento ou de disposição de
251 resíduos não listadas ou não classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros
252 artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº
253 01294/2003/004/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. - 11. Processos
254 Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 11.1
255 Sindicato Intermunicipal Ind. Metalúrgica, Mecânicas e do Material Elétrico de
256 Itaúna - SINDIMEI - Aterro para resíduos não perigosos - classe II, de origem
257 industrial - Itaúna/MG - PA/Nº 17810/2005/005/2011 - Classe 5. Apresentação:
258 Supram ASF. - Destaque Ministério Público e Comitê. - 11.2 Cerâmica Visão Ltda -
259 Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não
260 classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido,
261 exclusive de cerâmica - Pará de Minas/MG - PA Nº 04059/2004/003/2012 - Classe 5.
262 Apresentação: Supram ASF. - Destaque SUPRAM e Comitê. - 12. Processo
263 Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença
264 Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 12.1 Companhia de Saneamento
265 de Minas Gerais - COPASA / Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Matadouro
266 - Tratamento de Esgotos Sanitários - Bom Despacho/MG - PA/Nº
267 07081/2005/001/2008 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Destaque Ministério
268 Público. - 13. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de
269 Validade da Licença de Instalação Corretiva: 13.1 Avivar Alimentos S/A - Abate
270 de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc) - São Sebastião do Oeste/MG
271 - PA/Nº 00319/1997/005/2007 - Classe 6. Apresentação: Supram ASF. - 14.
272 Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Licença de
273 Operação Corretiva: 14.1 Companhia de Saneamento de Minas Gerais / COPASA
274 ETE Pará de Minas - Tratamento de esgotos sanitários - Pará de Minas/MG -
275 PA/Nº 03556/2007/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - 15.
276 Relatório de Cumprimento das Condicionantes estabelecidas na Licença de
277 Operação PA/Nº 12082/2005/002/2008. Apresentação: Concessionária Rodovia MG



278 **050 S.A. 16. Relatório de Cumprimento das Condições estabelecidas na**
279 **Licença Prévia concomitantes com Licença de Instalação da ETE de Nova Serrana**
280 **PA/Nº 15472/2010/001/2010. Apresentação: Companhia de Saneamento de Minas**
281 **Gerais - COPASA. - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Pontuou os itens**
282 **dos processos que seriam votados em bloco: Itens 10.3, 10.6, 13.1 e 14.1. Colocou em**
283 **votação e foram APROVADOS de acordo com o parecer da SUPRAM. – Item 5.**
284 **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação: 5.1 Furnas**
285 **Centrais Elétricas S.A./Linha de Transmissão em 500 KV Bom Despacho 3 - Ouro**
286 **Preto 2 e demais instalações - Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Bom**
287 **Despacho/MG - PA/Nº 24847/2008/002/2011 - Classe 5. Apresentação: Supram**
288 **ASF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Átila Alves e Costa representante**
289 **da FIEMG e Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. – Não identificou**
290 *– “Parecer de vista relativo ao exame do pedido de licença de instalação do*
291 *empreendimento Furnas Centrais Elétricas S/A. Vou direto aqui no relatório. Trata-se*
292 *de pedido de Licença de Instalação pelo empreendimento Furnas Centras Elétricas S/A,*
293 *para implantação da Linha de Transmissão Simples de 500 KV Bom Despacho 3, Ouro*
294 *Preto 2. Classe 5. O processo prestado foi baixado em diligência na 88ª Reunião*
295 *realizada no dia 28/06/2012 ,para que o empreendedor comprovasse a posse,*
296 *propriedade, servidão de todos os imóveis inseridos na abrangência do*
297 *empreendimento além de alguns esclarecimentos sobre o processo referente ao IPHAN.*
298 *O empreendimento apresentou as informações solicitadas ao IPHAN em tempo hábil e*
299 *o mesmo emitiu a anuência referente ao diagnóstico de prospecção. E exigiu que*
300 *durante a implantação no caso de presença de sítio para o resgate deverá*
301 *anteriormente comunicar ao IPHAN. Em relação às propriedades vale ressaltar que o*
302 *empreendimento possui Declaração de Utilidade Pública, emitida em 21.05.2012. O*
303 *universo de 11 processos ainda pendentes de concessão de liminares representa*
304 *aproximadamente 2,21% do total de propriedades a serem intervindas. Conforme*
305 *informado, há ainda 10 processos cujas liminares já foram deferidas em parte,*
306 *aguardando realização de perícia. Lembrando que o empreendedor só poderá instalar*
307 *a linha de transmissão nas referidas propriedades após a concessão das liminares*
308 *pleiteadas. Face ao exposto, conforme parecer único da SUPRAM Alto São Francisco,*
309 *nos manifestamos favoráveis à concessão da Licença de Instalação, com validade de 4*
310 *anos. É o parecer.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
311 *Apresentou o parecer: “Trata-se da análise do pedido de licença de instalação de*
312 *linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como empreendedor Furnas Centrais*
313 *Elétricas S/A. Inicialmente cumpre reconhecer a necessidade brasileira de geração de*
314 *energia, de modo a caracterizar o empreendimento em foco como de utilidade pública.*
315 *Contudo, insta ressaltar tratar-se de empreendimento de elevado impacto ambiental,*
316 *com alteração significativa do meio ambiente. Assim, devemos ter atenção intensificada*
317 *no que se refere aos mecanismos de controle de impactos sócio ambientais. Merece*
318 *destaque o fato de o empreendedor ainda não ter posse, propriedade de toda a área*
319 *diretamente afetada, o que poderia configurar intervenção indevida no direito de*
320 *propriedade alheio. Apesar do procedimento de licenciamento em foco ter sido baixado*
321 *em diligência após a 88ª reunião desta URC justamente para que o empreendedor*
322 *pudesse comprovar a posse, propriedade dos imóveis que sofrerão alguma limitação*
323 *em virtude da implantação da linha de transmissão de energia elétrica, o*
324 *empreendimento Furnas Centrais Elétricas, até o momento, ainda não detém os direitos*
325 *dominiais de todas as 498 propriedades diretamente afetadas. Conforme diligenciado*



326 pela SUPRAM e por este órgão do Ministério Público, de todas as ações
327 expropriatórias limitadoras e ajuizadas pelo empreendedor, em 13 processos a medida
328 liminar ainda não foi concedida, não havendo qualquer definição jurídica sobre essas
329 áreas. O presente procedimento, da forma como se encontra instruído, não tem como
330 ser aprovado sem violar direitos legítimos de terceiros. Proprietários, possuidores de
331 imóveis serão irremediavelmente prejudicados se os nobres conselheiros postarem-se a
332 favor do interesse do empreendimento contra a própria sistemática do órgão
333 licenciador. É impensável que sequer discutamos a possibilidade de autorizar a
334 instalação de algo em imóvel que não nos pertence. Todos os empreendedores que se
335 submetem ao procedimento de licenciamento apresentaram comprovação de que são
336 proprietários ou possuem a área em que vão desenvolver suas atividades. Não existe
337 qualquer justificativa legal para a abertura de exceção para a Furnas Centrais
338 Elétricas S/A. Como já ressaltado anteriormente, ao colocar em votação este pedido de
339 LI, viola-se o direito de propriedade de terceiros, garantido com Direito Fundamental
340 pelo art. 5º, inciso XXII da Constituição Federal. O Código Civil explica o que é o
341 direito de propriedade e de seus atributos no caput do art. 1.228. O proprietário tem a
342 faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem
343 quer que injustamente a possua ou detenha. Portanto, o direito de propriedade não
344 implica somente no domínio físico direto, mas também na faculdade do proprietário de
345 usar, gozar, dispor e reaver seu bem. Nestes moldes, qualquer ato que implique em
346 interferência no uso e gozo do imóvel ou acarrete interferência em seu poder de
347 disposição deve ser considerado violação ao direito constitucional de propriedade.
348 Salvo caso de limitação pública pautada na função social da propriedade. Os nobres
349 conselheiros desta URC concordaram com este posicionamento quando deliberaram
350 pela baixa em diligência do procedimento em foco. A deliberação foi pela necessidade
351 de comprovação de posse, propriedade, servidão de todos os imóveis nos quais o
352 empreendimento efetuará intervenção. Contudo, o procedimento foi novamente pautado
353 sem que a diligência tenha sido cumprida. Causa-nos estranheza tal providência, em
354 claro desrespeito a este Conselho. Isto posto, manifesta-se o Ministério Público de
355 Minas Gerais pelo efetivo cumprimento da diligência solicitada nos autos do
356 procedimento de Licença de Instalação pelo empreendimento Furnas Centrais Elétricas
357 S/A de forma a comprovar a posse, propriedade, servidão de todos os imóveis nos
358 quais o empreendimento efetuará intervenção. É o parecer. Eu só queria pontuar.
359 Depois do pedido de vistas novas providências jurídicas foram efetuadas. Isso foi
360 comunicado para nós, foi comunicado para a SUPRAM. Eu queria que a SUPRAM
361 manifestasse o que foi apresentado de documentação após o pedido de vistas. Eu
362 entendo que a situação jurídica de um empreendimento nessa magnitude é dinâmica,
363 varia. Agora, a situação hoje já é diferente da que foi quando eu pedi de vistas, mas eu
364 insisto no fato de ter pautado antes de efetivamente cumprido. Talvez fosse pautado
365 esse mês estaria tudo já regularizado, evitaria esse pedido de vistas, evitaria todo esse
366 constrangimento. Nós temos que dar um parecer para voltar novamente a baixa em
367 diligência, mas eu gostaria de escutar a SUPRAM.” – Sônia Godinho – SUPRAM ASF
368 – “No dia 11 o empreendimento trouxe novos documentos para nós analisarmos e
369 havia 22 processos que existiam dúvidas. Ontem nós tivemos uma reunião com o
370 empreendimento e desses 22 processos nós detectamos que 3 deles ainda não tem
371 liminares deferidas e um deles ainda existe dúvida. O empreendimento está nesse
372 momento tentando providenciar para nós verificarmos.” Diante de dúvidas em relação
373 a comprovação de documentos apresentados, a discussão foi suspensa e retornaria assim



374 que tais documentos fossem conferidos. - **Item 6. Processos Administrativos para**
375 **exame da Licença de Operação Corretiva: 6.1 MT Manufatura Têxtil Ltda -**
376 **Tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento,**
377 **inclusive artefatos de tricô e crochê - Carmo do Cajuru/MG - PA/Nº**
378 **00725/2006/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
379 **VISTAS pelos conselheiros Átila Alves e Costa representante da FIEMG e Mauro**
380 **da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. – Mauro da Fonseca Ellovitch –**
381 **Representante Ministério Público** – Leu o relatório: *“O presente procedimento trata do*
382 *pedido de concessão de Licença de Operação Corretiva do Empreendimento MT*
383 *Manufatura Têxtil LTDA., situado no Município de Carmo do Cajuru, no que tange à*
384 *atividade de tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com*
385 *acabamento, inclusive tricô e crochê. O empreendimento em foco é considerado de*
386 *classe 03, possuindo porte e potencial poluidor médio para água, ar e solo. Destaca-se*
387 *no parecer único o fato de o empreendedor ter instalado parte assessória da estrutura*
388 *do empreendimento, consistente em um galpão industrial, um escritório e vias de*
389 *acesso na área de preservação permanente do Ribeirão Velho, dentro da faixa de 50*
390 *metros marginais. Tal conduta da empresa conta com o aval do órgão licenciador, sob*
391 *a alegação de tratar-se de ocupação antrópica consolidada. Definida em lei a área de*
392 *preservação permanente, atendendo o art. 225 da Constituição Federal, é*
393 *expressamente vedada qualquer intervenção exceto nos casos de utilidade pública,*
394 *interesse social ou eventual e de baixo impacto. Ainda nestes casos, é preciso que não*
395 *haja alternativa técnica e locacional. Nada disso se aplica à situação da MT*
396 *Manufatura Têxtil LTDA. Embora conste dos autos um Procedimento do IEF para*
397 *consolidação da intervenção com fundamento no art. 11 da Lei Estadual 14.309, nem a*
398 *Constituição Federal, nem o Código Florestal e nem a normatização federal, Resolução*
399 *CONAMA 369 consideram a construção de galpão ou de escritório de manufatura têxtil*
400 *como atividades de utilidade pública, interesse social ou eventuais de baixo impacto.*
401 *Vejam os que diz a Resolução CONAMA 369. Eu listo aqui os casos da Resolução*
402 *para utilidade pública, interesse social e baixo impacto. O empreendedor alega ter feito*
403 *as intervenções criminosas em área de preservação permanente em 1998, comprovando*
404 *tal assertiva apenas por uma averbação não georreferenciada e por um croqui onde*
405 *sequer é identificada a APP. Contudo, na data em que o empreendedor alega ter*
406 *construído já estavam em vigor o Código Florestal e a Lei de Crimes Ambientais.*
407 *Lembremos os Art. 38 e 39 da Lei de Crimes Ambientais editada em 1998. Destruir ou*
408 *danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação,*
409 *ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. Detenção de um a três anos ou*
410 *multa. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem*
411 *permissão da autoridade competente. Detenção de um a três anos. Portanto, a MT*
412 *Manufatura Têxtil LTDA não pode alegar que desconhecia a obrigação de não*
413 *danificar aquela área. A intervenção em foco foi realizada de maneira acintosamente*
414 *contrária à Lei, sem levar em consideração os danos que poderiam ser causados ao*
415 *meio ambiente. É cientificamente comprovado que os danos ambientais efetivamente*
416 *gerados em decorrência de intervenção em APP comprometem a biodiversidade, os*
417 *corredores da fauna, a drenagem e a qualidade dos cursos d’água, a manutenção da*
418 *biota, a regeneração e a manutenção da vegetação nativa. Notícias extraoficiais dão*
419 *conta de que o galpão e escritório do empreendimento são constantemente inundados,*
420 *tamanha a proximidade do curso d’água. Dessa forma, o impacto ambiental causado*
421 *vilipendia a integridade dos atributos daquela área ambientalmente sensível,*



422 *compromete suas funções ambientais e impede a restauração de seus processos*
423 *ecológicos. Portanto, há violação direta aos incisos I e III, do Parágrafo 1º do art. 225*
424 *da Constituição Federal. Vejamos. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente*
425 *ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade*
426 *de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e*
427 *preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Parágrafo 1º. Para assegurar a*
428 *efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público. I. Preservar e restaurar os*
429 *processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e*
430 *ecossistemas. III. Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e*
431 *seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão*
432 *permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a*
433 *integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. É notório que o ato ilícito não*
434 *gera direitos. Assim, a consolidação proposta pela Lei Estadual 14.309 viola o disposto*
435 *no art. 225, parágrafo 1º, III da Constituição Federal e a própria sistemática*
436 *fundamental do direito brasileiro. Diante do uso nocivo da propriedade e da*
437 *intervenção ilegal em área de preservação permanente, a única providência cabível é a*
438 *recomposição do meio ambiente, o mais próximo possível do status quo ante, em uma*
439 *faixa mínima suficiente para preservar os processos ecológicos essenciais e*
440 *manutenção da integridade dos atributos que justificam sua proteção. Ajustando-se*
441 *como luva ao caso concreto, trazemos à baila a melhor jurisprudência do Egrégio*
442 *Tribunal de Justiça do Estado de Minas. É justamente um caso aqui. Está aí o julgado*
443 *para os senhores verem e eu destaco o pedaço em que o Tribunal de Justiça fala.*
444 *Constatada a construção sem qualquer autorização dos órgãos ambientais competentes*
445 *em área de preservação permanente, causando danos ao meio ambiente e*
446 *desrespeitando a legislação ambiental vigente à época, deve o proprietário ser*
447 *condenado à sua retirada bem como a promover a recuperação da área degradada. É*
448 *judgado de 08 de julho de 2011. Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público de*
449 *Minas Gerais pela inclusão das seguintes condicionantes. 1. Retirar toda e qualquer*
450 *cultura, obra ou construção em área de preservação permanente. Prazo 90 dias a*
451 *contar da concessão da licença. 2. Recompôr a cobertura vegetal da área de*
452 *preservação permanente onde ocorreram as intervenções irregulares. Para tanto, o*
453 *empreendedor deverá apresentar Plano de Recuperação de Área Degradada, com*
454 *cronograma de execução com prazo máximo não superior a 01 ano, elaborado por*
455 *profissional com anotação de responsabilidade técnica. Prazo apresentar o PRAD em*
456 *90 dias a contar da concessão da licença. 3. Executar o PRAD, conforme cronograma,*
457 *apresentando a comprovação de sua conclusão nestes autos. Prazo 01 ano após a*
458 *aprovação do PRAD pela SUPRAM. É o parecer.” – Túlio – Representante FIEMG –*
459 *Apresentou o parecer: “Trata-se de pedido de Licença de Operação Corretiva pelo*
460 *empreendimento MT Manufatura Têxtil LTDA., para a atividade de Tecelagem Plana e*
461 *Tubular com Fibras Naturais e Sintéticas, com Acabamento, Inclusive Tricô e Crochê –*
462 *Tinturaria Industrial.. Classe 3. O empreendimento está localizado na área urbana do*
463 *município de Carmo do Cajuru, possuindo parte de sua infraestrutura implantada em*
464 *Área de Preservação Permanente. Porém trata-se de ocupação antrópica consolidada,*
465 *possuindo processo de regularização junto ao IEF aguardando somente esta licença.*
466 *Devido a intervenção em área de preservação permanente o empreendimento fora*
467 *proposto pelo órgão ambiental medidas compensatórias as quais se demonstraram*
468 *satisfatórias. Tendo o empreendimento apresentado em seu PCA propostas satisfatórias*
469 *a serem seguidas e por ter procurado sua regularização entendemos que o mesmo está*



470 realmente empenhado em obter um bom desempenho ambiental. Face ao exposto,
471 conforme parecer único da SUPRAM, somos favoráveis a concessão da Licença de
472 Operação Corretiva, com validade de 6 anos.” Solicitou fazer alguns esclarecimentos:
473 “Fiz uma visita ao empreendimento essa semana para poder ver essa questão da
474 intervenção em Área de Preservação Permanente. Conversando com o empreendedor e
475 com o consultor eles conseguiram me mostrar um processo de uma retificação no curso
476 d’água que a Prefeitura tentou fazer há alguns anos atrás. Como eles começaram a
477 obra de trás para frente, quando estava chegando próximo ao empreendimento foi
478 embargada a obra e a Prefeitura deixou do jeito que estava. Tem pilha de terra, tem
479 tudo lá. Consequentemente com esse trabalho que eles fizeram o curso d’água começou
480 a alterar. Tanto que lá dá para ver. Dentro do córrego que é muito raro a cisterna do
481 empreendimento está dentro do córrego. No meio do córrego certinho dentro d’água.
482 Deu para ver que o curso d’água foi alterado por esse processo. Futuramente foi
483 mudando o curso fazendo com que o empreendimento ficasse dentro da Área de
484 Preservação Permanente. Se ele estivesse no curso natural dele. Área grande. Tem foto
485 de satélite. Depois posso mostrar. Essa área que seria a área do empreendimento antes
486 do curso mudar, ela tiraria toda a construção do empreendimento de dentro da Área de
487 Preservação Permanente. Conversando com o empreendedor, queria até escutar os
488 técnicos da SUPRAM, tivemos a ideia de conseguir terminar essa retificação do curso e
489 o empreendimento se comprometer a recuperar essa área por onde o curso passou,
490 onde tem essa área degradada e onde a Prefeitura deixou lá. Até cheguei a conversar
491 com o Ministério Público em relação a isso. Cheguei a conversar com o analista
492 responsável da SUPRAM para nós vermos se faz essa retificação, se termina essa
493 retificação que a Prefeitura começou recuperando a área e tirando também esse
494 empreendimento dessa Área de Preservação Permanente. O empreendedor construir
495 um galpão igual eles construíram lá, uma estrutura num local que quem conhece ali
496 época de chuva alaga sempre, a pessoa lógico que não ia implantar uma estrutura
497 nesse local. Outro destaque eu que queria fazer também e até convidei aos conselheiros
498 depois com a autorização do proprietário ali, a visitar o empreendimento onde eles têm
499 o tratamento de efluente industrial que na região aqui o pessoal que veio no processo
500 anterior da parte de Abatedores de Água implantou agora que é um processo bem
501 interessante. É um processo rápido e hoje eles estão recuperando e reutilizando toda a
502 água do empreendimento. Essa infraestrutura, por exemplo, está bem afastada da Área
503 de Preservação Permanente. Se o curso do córrego continuasse comendo ali uma hora
504 ia entrar dentro da área também, porque pela curva que o córrego está fazendo. Queria
505 escutar dos técnicos da SUPRAM essa situação. Se seria possível de nós estar
506 condicionado essa recuperação. Fosse em caráter emergencial, antes da épocas da
507 águas, que o empreendedor também ficar fora da situação de alagamento novamente.
508 Nós poderemos estar resolvendo essa situação.” – Francisco de Assis Braga –
509 Representante ABES – Solicitou esclarecimentos do representante do Ministério
510 Público. “É notório que o ato ilícito não gera direitos. Assim a consolidação proposta
511 pela Lei Estadual 14.309/02 viola o disposto no artigo 225. Aqui o Ministério Público
512 está questionando de uma forma geral a proposta da Lei 14.309 ou somente este
513 caso?” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu:
514 “Primeiro em relação ao que o Túlio pontuou. Concordo plenamente. Acho também que
515 o empreendedor não pode ser prejudicado por um ato lícito de terceiro. Se efetivamente
516 ele já tinha o galpão construído antes dessa retificação do rio não pode ser prejudicado
517 nem ser imposto a ele uma intervenção em APP no caso que não tenha sido ele que



518 tenha feito. Até queria ouvir a SUPRAM a respeito disso. Professor Francisco, em
519 relação ao artigo 11 da Lei 14.309 é notória a posição institucional nossa tê-lo
520 inconstitucional. Todas as ações nossas que propomos nós suscitamos a
521 inconstitucionalidade disso daí já foi manifestado em alguns casos em outros não pelo
522 Tribunal, mas o Supremo não chegou a tomar uma posição em relação a isso. A
523 posição nossa é que esse artigo é inconstitucional.” – Francisco de Assis Braga –
524 Representante ABES – Salientou: “Existem duas situações. Pode-se considerar
525 inconstitucional essa proposta de uma maneira geral independente de possível dano ou
526 não. Tem uma situação consolidada que não provoca problema nenhum. Vamos dizer
527 assim. É um consolidado, às vezes até a intervenção pode ser até mais danosa do que a
528 manutenção. A outra situação, realmente ter uma intervenção consolidada, mas que é
529 danosa e os danos ou efeitos da intervenção continuam manifestando no tempo e no
530 espaço. É uma segunda situação que talvez essa daqui se encaixe nesse modelo, essa
531 segunda opção encaixe nessa situação. O que me preocupou mais é realmente a
532 constitucionalidade de uma maneira geral da proposta feita pela Lei Estadual de tratar
533 como consolidado e estabelecer como possível de existência as intervenções que já
534 aconteceram antes da promulgação da Lei Estadual.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
535 Representante Ministério Público – Esclareceu ainda: “Isso é teoria básica do Direito
536 que o ato ilícito não gera efeito. Você não pode premiar quem agiu contrariamente a
537 Lei. No caso concreto nós sempre interpretamos. Olha só. No artigo 225, parágrafo 3
538 fala definir em todas as unidades da Federação os espaços territoriais e seus
539 componentes a serem especialmente protegidos. Quais são esses espaços? APP, reserva
540 legal, unidades de conservação. Sendo a alteração e supressão permitidos somente
541 através de Lei. Caso de utilidade pública, interesse social. Vedada qualquer utilização
542 que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção, ou seja, a
543 legislação. Não, só estou falando para desenvolver o raciocínio. É vedado qualquer Lei
544 que autorize uma intervenção que comprometa esses atributos. No caso concreto nós
545 não somos, ninguém aqui é xiita, fanático. Eu acho que deveria realmente, tanto a Lei
546 Estadual quanto a Federal ter bolado uma maneira melhor de intervenção,
547 principalmente porque eu concordo com essa teoria que o senhor falou dos casos em
548 que a retirada causa mais dano que a manutenção. Isso é até consolidado, salvo
549 engano, como teoria de engenharia florestal. Eu concordo com essa parte. O legislador
550 andou mal em querer jogar todo mundo na mesma bacia e traçar uma linha de corte
551 completamente arbitrária. Escolheu a data da vigência da Lei. O Código Florestal
552 escolheu a data de 2008 que podia ter escolhido a data de aniversário do filho da
553 Presidente. É uma data completamente arbitrária. Por isso que nós entendemos que
554 esse artigo é inconstitucional sem prejuízos da modulação de efeitos para os casos
555 concretos que também é uma interpretação constitucional e o Supremo faz muito. É
556 inconstitucional. É uma interpretação. Você me desculpa ter que entrar no juridiquês, é
557 chato para quem não é da área, mas é para desenvolver a minha linha de raciocínio.
558 Nada impediria que fosse feito uma modulação dos efeitos, uma interpretação conforme
559 para esses casos em que a retirada causaria danos ambientais que também são
560 inconstitucionais. Nosso posicionamento é justamente esse. É inconstitucional, mas
561 esses efeitos podem ser modulados caso ele venha causar novos danos. É bem essa a
562 nossa linha de raciocínio.” – Não identificou – Discordou: “Vou permitir só fazer uma
563 leve discordância em relação a isso, porque não é só por meio de ação direta que nós
564 declaramos inconstitucionalidade. Dentro do caso concreto, qualquer aplicador do
565 direito, advogado, Ministério Público, juiz, assessor jurídico pode interpretar a norma



566 por inconstitucional e justificar só na aplicação. Não quer dizer que o fato dela estar
567 em vigor a torna automaticamente inconstitucional. É papel nosso e de quem tem esse
568 tipo de interpretação, questionar e numa eventual ação isso também seria questionado.
569 Tanto que já foi dado em várias decisões judiciais, como essa que eu mencionei aqui de
570 2011 do Tribunal de Justiça de Minas, reconhecendo a inconstitucional no caso
571 concreto. O que me preocupa nós estarmos referendando aqui vários e vários processos
572 nas intervenções consideradas consolidadas. Nós estamos de repente fazendo isso com
573 uma certa irresponsabilidade. Se existe essa possibilidade de questionamento é preciso
574 ver essa questão de realmente podemos cancelar ou não? Eu costumo questionar aqui
575 também. Além dessa intervenção antrópica consolidada. Licenças de operação
576 corretiva de empreendimentos que de repente não são compatíveis com o local. Eu
577 costumo às vezes levantar a questão. Perguntar ao técnico, apesar de ser
578 indeferimento, ele pode continuar lá? Porque muitas das vezes nós podemos ver que
579 conflitos de empreendimentos que estão funcionando em local onde não há
580 compatibilidade. Exemplo. As Siderúrgicas aqui em Divinópolis é um grande exemplo
581 disso. Muitas vezes um confronto extremamente grande com incompatibilidade. Quando
582 você fala a Siderúrgica já estava lá, mas eu vou aprovar ela aqui agora porque ela já
583 estava lá? Não. Eu preciso avaliar o contexto e ver se eu posso conceder a LOC ou
584 não. Neste caso aqui, Dr. Mauro, completando isso fica essa preocupação. Eu estou
585 querendo realmente que nós aprofundamos na discussão, porque é uma discussão séria.
586 Em princípio nós estávamos cancelando, na minha opinião, é ocupação antrópica
587 consolidada observa-se a data, comprova-se se foi antes e simplesmente passa a régua.
588 Na verdade, eu acho que o senhor está coberto de razão. Não podemos agir assim. Nós
589 temos que avaliar caso a caso e considerando se o empreendimento é danoso nós
590 deveríamos dizer este caso não. O outro, de repente, podemos até dizer não. Este caso
591 não causa dano, o desmanche pode provocar um dano maior ao Meio Ambiente. Vamos
592 cancelar que ele permaneça lá. Eu acho que nós temos que pensar nisso e a equipe
593 técnica também na hora de fazer a análise de empreendimento na área de preservação
594 permanente.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno
595 da Represa de Três Marias – Solicitou esclarecimentos: “No relatório fala em consumo
596 de água de 1000 m³ por mês. Existem dois poços que dão 19 m³ por dia. Eu estou
597 achando que há um equívoco aqui que há um problema aqui de justificativa de balanço
598 hídrico. Eu gostaria de propor para esse empreendimento, porque não está proposto no
599 relatório, a condicionante padrão de monitoramento e medição. Na página 16, nós
600 temos falando em monitoramento no Rio São João. Eu acho que o afluente é do Rio
601 Pará. Há um equívoco pediria para corrigir também. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
602 Representante Ministério Público – Esclareceu ao conselheiro: “No caso, pela Lei
603 Complementar 140 todas as intervenções em APP dentro dos procedimentos que são
604 licenciados é na competência do órgão licenciador. As intervenções em APP do
605 município que tem CODEMA e tem corpo técnico estruturado são as intervenções
606 avulsas, que não são de empreendimentos licenciados ou de empreendimentos
607 licenciados pelo município. No caso desse empreendimento licenciado pelo Estado as
608 intervenções em APP e todas as outras questões correlatas são decididas pelo conselho
609 estadual.” - Isabela – SUPRAM ASF – Acrescentou: “Realmente é isso. Independente
610 desse município possuir ou não o CODEMA, quando a atividade é passível de
611 licenciamento pelo Estado é o Estado quem vai analisar todas as intervenções e
612 utilização de recursos hídricos. Tudo que estiver vinculado ao licenciamento ambiental.
613 Com relação à intervenção em APP, só gostaria mesmo de destacar que a SUPRAM



614 agiu de forma legal. Nós entendemos o posicionamento institucional do Ministério
615 Público. Claro, um posicionamento embasado na constituição Federal. No entanto,
616 como a Ana Carolina disse a Lei Estadual está vigente. Não foi declarada a
617 inconstitucionalidade dela. Apesar do empreendedor ter esse direito da regularização
618 dessa intervenção em APP por ser anterior a 2012 como diz a norma.” – Estela –
619 SUPRAM ASF – O empreendedor sugeriu uma proposta. “A proposta é porque a parte
620 que é considerada mais degradada pelo curso d’água na ocupação antrópica tem
621 condições de ser recuperada através de um PRAD. A nossa proposta ao empreendedor
622 é realmente recuperar essa área e apresentar para nós, acrescentar como
623 condicionante a apresentação do PRAD. Nós achamos que a retificação do curso
624 d’água seria em último caso. Só se não tivesse como recuperar realmente essa área que
625 está sendo degradada pelo curso d’água.” – Túlio – Representante FIEMG – Ressaltou
626 que “O PRAD realmente procede, mas vocês que fizeram a visita lá e vocês viram. A
627 água, o barranco, a erosão já está acontecendo ao lado do escritório. Eu acho que já
628 que fosse fazer uma recuperação de área seria interessante fazer a retificação e
629 recuperar toda aquela área ali por onde o curso passa hoje. Além daquela pequena
630 quase uma ilha que tem ali na frente.” – José Antônio – SUPRAM ASF – Fez uma
631 pequena apresentação sobre o empreendimento. – Estela – SUPRAM ASF – Ressaltou:
632 “Como medida de contenção ao invés de retificar o curso d’água poderia implantar
633 gabião nessa área que o curso d’água está passando e está havendo a erosão daquela
634 área.” – Wellington – Representante SEAPA – Solicitou informações à equipe técnica.
635 “Existe alguma intervenção, alguma coisa para que pelo menos minimize o caso dos
636 danos causados pela enchente? Porque como proprietário de um terreno em Carmo do
637 Cajuru essa área geralmente é passível de inundação. Não foi nem uma, nem duas
638 vezes não. Com certeza deve ter alguma intervenção que ele faz, porque enche e depois
639 volta a funcionar. Eu só gostaria de saber se a equipe da SUPRAM se atentou a esse
640 fato da área ser praticamente inundada todo ano.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
641 Representante Ministério Público – Apresentou uma nova preocupação: “Parece que
642 esse curso d’água já está fora do curso original. Já foi feita uma intervenção para ele
643 vir parar aí. Isso também seria um dano, uma intervenção em curso d’água sem
644 licença. Eu queria ver se vocês levantaram alguma coisa a respeito disso, porque quem
645 causou esse dano também teria que reparar. Além de estar prejudicando o
646 empreendedor vai saber quantas propriedades ali para baixo ele está prejudicando, o
647 equilíbrio ecossistêmico fez com essa alteração do curso d’água. Queria saber a
648 respeito disso.” – Paula – SUPRAM ASF – Respondeu em relação à relocação do curso
649 d’água. “Agora, no estágio que já está seria muito mais impactante nós voltarmos o
650 curso d’água para o local original do que manter da forma como está. Eu acho que o
651 que pode ser feito é o que o Dr. Mauro falou. Uma apuração de quem fez, porque fez,
652 quando que isso foi feito para ver se existe alguma possibilidade de medida de
653 mitigação. Nesses casos, o impacto ambiental seria muito maior. Nós teríamos todo o
654 impacto na fauna, na vegetação do entorno, na vegetação, no sedimento todo de estar
655 retornando esse curso para o leito original. É realmente procurar medidas de
656 mitigação da forma como está.” – Wellington - SEAPA – Solicitou informações: “Em
657 relação a inundação tem alguma coisa a ser feita, tem alguma medida? Porque é
658 notório que quase todo ano tem. Eu só queria saber sobre isso. Se a água entra lá e sai
659 com certeza ela carrega alguma coisa.” – Não se identificou - Esclareceu: “O
660 empreendimento está ali desde 2001. Acho oportuno aqui no momento porque quase 12
661 anos que estou em Cajuru, esse empreendimento está no (inaudível) próximo ao local e



662 logo abaixo dela o Rio Pará. Existe o empreendimento próximo ao Rio Pará que fica
663 próximo uns 300 metros, não mais do que isso. O curso d'água hoje no
664 empreendimento tem menos de 10 metros. A área de APP dele seria 30 metros. O que
665 nós observamos ao longo dos anos é uma sucessão de avanço do ribeirão sobre a APP
666 e sob o empreendimento devido a processos erosivos e de assoreamento. Em relação a
667 inundação, vão fazer 2 anos que eu estou lá, eu só participei de uma inundação que foi
668 esse ano. Eu sei de um histórico de uma outra inundação, mas não do ribeirão e sim
669 pelo monitoramento incorreto da (inaudível) empreendimento. Eles deixam de fazer o
670 monitoramento das suas leituras e abram as suas comportas. Quando tem enchente não
671 é só nesse empreendimento. Várias casas do município acabam alagadas. Quer dizer, o
672 empreendedor está sendo taxado de ter APP e receber a inundações perceptivas. Em 2
673 anos que eu resido aqui em Cajuru, só ressalto isso aqui, só teve uma ocorrência que
674 eu percebi que foi esse ano. Tem registros aqui pelo empreendedor de que a CEMIG já
675 preocupada nesse sentido de tentar conter essas alterações para evitar esse tipo de
676 enchente proveniente da vazão da liberação da água pelas suas comportas do
677 barramento. Com relação ao Ribeirão, realmente isso, pelo ribeirão que está próximo
678 ao Rio Pará como que sobe para a saída da comporta há o represamento, essa água
679 volta. Não que essa água represe não tem que ser drenada por estar próxima da rua.
680 Toma parte do empreendimento e de outros empreendimentos que estão próximos. O
681 que eu observo daqui e é colocado como proposta ao empreendedor para decidir essa
682 proposta é exatamente o seguinte. Talvez não fazer aquela retificação como está
683 pontilhada não, porque o curso natural é em curva. Ele não é daquela forma que está
684 sendo proposto lá não. Ele já tem um curso naturalmente e essa APP é feita através de
685 processos sucessivos de assoreamento. Nós propomos que pelo menos volte o curso
686 d'água, até mesmo a curva por meio de gabião e recupere a área que ele avançou
687 sobre o empreendimento. Se foi um bosque. É uma forma de pelo menos mitigar esse
688 avanço sobre a APP e sobre o empreendimento. Fazer o mesmo traçado original no
689 leito natural dele. A proposta é fazer e o empreendimento está de acordo com essa
690 proposta. Está contendo pelo menos o traçado na curva ou até mesmo se for necessária
691 uma retificação. Outra questão, até foi uma questão do Dr. Roberto com relação a
692 (inaudível). São duas cisternas (inaudível) ressaltando que uma cisterna para o
693 consumo (inaudível) escritório e a outra cisterna vai toda para o processo operacional.
694 (Inaudível) que o empreendimento está (inaudível) impedimento ele faz todo o
695 tratamento dessa água, ou seja, recupera toda a água utilizada dessas duas cisternas e
696 retorna no processo produtivo da empresa. É um empreendimento novo na região em
697 estação tratamento que vem de Vitória, no Espírito Santo. Vale a pena os senhores
698 conhecerem e até mesmo para estarem sugerindo a outros empreendimentos aqui na
699 região.” – Túlio – Representante FIEMG – Concordou com a proposta da SUPRAM
700 por ser menos impactante e sem necessidade de realizar a retificação do curso d'água. –
701 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Afirmou: “Em
702 relação a APP, para mim, pela documentação, pelo que foi mostrado e pelo que o
703 corpo técnico falou, eu fiquei convencido de que realmente não pode ser imputado
704 diretamente a ele uma intervenção em APP. Na verdade ele teria feito uma intervenção
705 e que depois a APP foi jogada para dentro dele. Eu acho que nós temos que procurar
706 uma solução técnica mesmo, com estudos. Eu acho que ao invés de nós
707 condicionarmos, acho que nós nem temos condição de fazer hoje aqui se retifica ou não
708 retifica. Minha ideia talvez seja de solicitar como condicionante a apresentação de um
709 estudo técnico para ver a viabilidade da retificação ou de medidas de contenção para



710 evitar o agravamento dos impactos. Nós poríamos lá um prazo de 120, 180 dias. O
711 empreendedor apresentaria e a SUPRAM analisaria. Que nem o Camilo falou. Tem
712 propriedades para baixo que, às vezes, uma retificação que nós achamos interessante
713 aqui talvez vai causar um impacto lá embaixo. Eu acho que isso tem que está
714 fundamentado nos estudos.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
715 Público - Manifestou alterar a proposta das condicionantes: “Diante de tudo que foi
716 apresentado aqui pelos técnicos da SUPRAM, pelo próprio empreendedor eu retiro
717 minhas propostas originais de condicionante. Eu peço para substituí-las pela
718 apresentação de um estudo sobre a viabilidade do retorno do rio ao seu curso natural
719 ou de medidas para contenção de impacto num prazo de 120, 180 dias. Até queria ouvir
720 o pessoal da SUPRAM a respeito disso.” – Roberto Soares Nogueira – Representante
721 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Ressaltou: “Eu estou me
722 baseando no relatório técnico, no item 2.1 que tem que o consumo da empresa é 1000
723 m³ por mês. Infelizmente, é impossível você ter um consumo de 1000 m³ por mês com
724 esses dois poços aqui com as vazões que estão aqui marcadas. Eu entendo que está
725 havendo um furo no balanço hídrico e mais do que isso, parece que não está havendo
726 um reuso algum. Essa é a minha opinião. Agora, eu continuo insistindo que é
727 necessária a condicionante padrão de monitoramento e de controle por um motivo
728 muito simples. Porque nós temos aqui um fator que se chama isonomia. Para toda
729 empresa industrial que capta água e usa nós colocamos essa condicionante. Não vai
730 ser diferente para essa empresa.” – Estela – SUPRAM ASF – Esclareceu sobre
731 medidas de recuperação. “A parte que foi considerada como dano ambiental no
732 empreendimento nós estamos propondo a recuperação dela. Nós achamos que é viável
733 considerar como consolidação antrópica, consolidada e recuperar a área, uma vez que
734 nós comprovamos que em vistoria que é possível recuperar. É por isso que o Dr. Mauro
735 propôs aquela condicionante dos estudos técnicos.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
736 Representante Ministério Público – Apresentou proposta da condicionante: “Apresentar
737 estudo de viabilidade ambiental de retorno de curso d’água ao seu leito original e caso
738 seja considerado o retorno mais danoso do que a manutenção na conclusão do estudo,
739 apresente medidas para a contenção dos impactos identificados. Prazo de 180 dias.” -
740 Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Informou que iria ser votada a licença com
741 a proposta da inclusão da condicionante apresentada, ficando prejudicadas as
742 condicionantes sugeridas no relato de vistas do Ministério Público juntamente com a
743 proposta da condicionante padrão e fez a leitura dela: “Instalar horímetro e hidrômetro
744 nos locais de cada captação de água no barramento com regularização e nas duas
745 cisternas. Realizar leituras semanais nos equipamentos instalados, armazenando-as na
746 forma de planilhas que deverão ser apresentadas ao IGAM quando da renovação da
747 outorga ou sempre que solicitado. Prazo 90 dias a partir da notificação da empresa
748 quanto à concessão da revalidação de licença de operação.” Colocou em votação o
749 item 6.1 da pauta e a licença foi **CONCEDIDA** de acordo com o parecer da SUPRAM.
750 Em seguida colocou em votação a inclusão das duas condicionantes apresentadas e foram
751 **APROVADAS**. Retornou ao item 5.1 da pauta. – Sônia Godinho – SUPRAM ASF –
752 Informou sobre a documentação: “Da análise da documentação apresentada, realmente
753 é aquilo que nós já tínhamos visto anteriormente. Está pendente de liminar também
754 esse processo. Dia 5 de setembro foi feito o depósito judicial. Dia 28 o juiz pediu que o
755 empreendedor se manifestasse acerca dos honorários de perícia. Não há liminar
756 concedida. São 4 processos ainda pendentes de liminar.” – Mauro da Fonseca Ellovitch
757 – Representante Ministério Público – Manifestou a insatisfação dele: “Realmente, eu



758 acho que esse procedimento não devia ter voltado a pauta da maneira como foi. Nós
759 pedimos para baixar para uma diligência e voltou sem diligência cumprida. Nós
760 pedimos para que fosse apresentado quais os títulos de posse, propriedade. No caso, eu
761 entendo até que se o juiz tivesse recebido parcialmente ou deferido algum tipo de
762 realização, mas voltou sem ter cumprido direito o que nós pedimos nesses 4 casos.” –
763 Paula – SUPRAM ASF – Informou que a condicionante foi proposta na inicial da
764 SUPRAM e explicou sobre o processo. “O processo retornou com 11 propriedades
765 ainda pendentes e agora são 4 propriedades pendentes. Nós permanecemos na nossa
766 proposta de condicionar a entrada nessas propriedades. Tendo em vista que nós
767 estamos trabalhando num universo de 492 propriedades. Só ressaltando também. Não é
768 contrapondo o que o Dr. Mauro está falando. É só uma posição diferente que nós temos
769 que nós entendemos que condicionando essas 4 propriedades nós não teríamos
770 ilegalidade no processo. Uma vez que a condição para ele entrar nessas propriedades é
771 a emissão da liminar do juiz. Existe a possibilidade dele iniciar a implantação do
772 empreendimento nas outras tantas que ele já teve a liminar concedida. É só uma
773 divergência mesmo de posição.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
774 Ministério Público – Indagou: “Já existe depósito judicial de valores nesses casos para
775 dar alguma garantia de eventual retorno, servidão para todos esses casos que foram
776 identificados?” – Não identificou – Respondeu: “Nesse último caso, já existe depósito.
777 Como eu disse, foi feito dia 5 de setembro e o juiz se manifestou no sentido de que
778 realizasse a perícia para que a empresa se manifestasse acerca dos honorários e a
779 concessão de liminar só depois da perícia, mas o depósito já foi feito sim.” – Mauro da
780 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu: “O direito de
781 propriedade não inclui só intervenção física. Ele poderia ter uma desvalorização e
782 eventual negociação caso já tivesse essa LI. O fato de já ter esse depósito já dá alguma
783 garantia nesse sentido também que era uma preocupação grande nossa que essas
784 pessoas não ficassem no seu direito de propriedade. Não só da posse efetiva, mas dos
785 outros direitos de propriedade prejudicados. Realmente, eu até entendo dentro desse
786 universo de tantas propriedades. Eu acho que já deu algum tipo de garantia. Agora,
787 diante da situação, como está posta com essa garantia financeira, com o procedimento
788 sendo pautado talvez até dê para nós julgarmos. Agora, incomoda-me tremendamente o
789 fato de isso ter voltado em pauta antes. Voltou com 11. Agora são 4. Depois na próxima
790 pode voltar com 22, 25. Eu insisto para que nas próximas vezes, quando nós pedimos
791 para um procedimento baixar em diligência que ele volte efetivamente com as
792 diligências cumpridas. Independente de pressão de empreendedor, de pressão de
793 Estado. Esse conselho tomou uma decisão e acho que essa decisão tem que ser
794 respeitada.” – Paula – SUPRAM ASF – Respondeu: “Dr. Mauro e os demais
795 conselheiros, a nossa intenção não era afrontar ou desrespeitar o conselho. Nós só
796 tentamos conciliar os interesses, sabendo da importância do projeto, mas respeitando
797 também o conselho. Não foi a nossa intenção. A equipe da SUPRAM vai, nas próximas
798 vezes em que houver esse tipo de pedido nós vamos solicitar isso com bastante
799 antecedência para o empreendedor. Talvez já deixando isso expresso na Licença Prévia
800 que seria o melhor momento para quando da formalização da LI. Eu só peço desculpas
801 mesmo. Se houve algum desentendimento não era essa a nossa intenção. Nós só
802 tentamos conciliar mesmo os interesses, mas das próximas vezes nós vamos atentar
803 para isso e trazer os processos da forma como foi solicitado.” – Mauro da Fonseca
804 Ellovitch – Representante Ministério Público – Salientou: “Também não estou, de
805 maneira nenhuma desmerecendo o trabalho de vocês. Eu sei como é. Sei que como eu



806 *falei vocês não tem independência funcional, vocês estão sujeitos a uma série de*
807 *limitações por parte do Estado. Ressalto essa posição. Acho prudente que isso seja feito*
808 *das próximas vezes. No caso exatamente dessa LP, dessa LI eu lembro de ter falado*
809 *isso claramente para o empreendedor quando da LP. Foi uma preocupação que eu*
810 *manifestei expressamente para eles em reuniões durante a LP. Eles já sabiam que isso*
811 *seria cobrado. Isso foi levantado de novo aqui nessa URC. Os senhores lembram. Eu já*
812 *tinha levantado essa questão na LP. Realmente, não cabe ao conselho ficar pautando*
813 *as inconveniências do empreendedor independente do fato de ser um caso de interesse*
814 *público. Eu entendo, entendo as urgências de prazo, etc, mas nós temos que nos pautar*
815 *pela isonomia. Não podemos ficar abrindo exceções pontuais. No caso concreto eu*
816 *acho que até já dá para julgar pela questão que está. Até por já ter ficado assegurado o*
817 *direito de propriedade das pessoas.” – Márcio – Representante do empreendimento –*
818 *Manifestou: “Como foi posto pelo Dr. Mauro, todos os proprietários que vão ter a linha*
819 *passando, vão ter garantia pelo valor inicial depositado por Furnas para garantir os*
820 *direitos. Quando a esse processo, teve um problema na questão de nomes. Uma saiu na*
821 *publicação como Belinda e outra como Beatriz. Realmente não tem a liminar. Eu*
822 *verifiquei isso hoje, agora. Foi surpresa. São 4 casos, mas todos estão garantidos.*
823 *Todos os proprietários. Vai ter a perícia e vai ter o valor que a perícia encontrar para*
824 *mais ou para menos. Vamos cumprir a depositar o valor discutido e depois se a perícia*
825 *achar em 100 mil reais Furnas vai depositar e vai discutir depois. Nós de maneira*
826 *nenhuma achamos que o órgão aqui do colegiado está prejudicando. Ao contrário,*
827 *agradece o trabalho. A sociedade toda agradece. Furnas e a sociedade. Furnas é uma*
828 *empresa Federal. O Ministério Público, graças a Deus, com a resistência do Ministério*
829 *Público após de 88 na Constituição da República que garante a nós, a Furnas, a todos*
830 *os cidadãos, porque todos aqui são proprietários em Furnas que na União tem 99% das*
831 *ações. Nós só temos a agradecer também. O empreendedor Furnas jamais teve*
832 *resistência e fez qualquer coisa contrária a Lei. Expliquei isso para as pessoas, para o*
833 *Dr. Mauro. Eu queria, sem favorecimento agradecer e parabenizá-los pelo trabalho*
834 *que vossa excelência faz. Oportunidade de conversar por telefone, agora pessoalmente.*
835 *Sinto-me honrado de estar aqui falando com vocês. Sinto orgulho do Ministério Público*
836 *e sinto orgulho de todos os órgãos não só aqui de Minas, que eu não conhecia. Eu não*
837 *conheço a legislação daqui, mas de todos os órgãos que eu participo. Eu sou um*
838 *gerente de departamento jurídico. Faço só desapropriação e servidão. Agradeço a*
839 *Deus primeiramente pela existência de vocês e de órgãos assim que protegem nós*
840 *sociedade. Sem insumo, sem meio ambiente nós não conseguimos fazer energia. Seria*
841 *autofagismos destruir se nós não respeitássemos o meio ambiente. Só quero deixar*
842 *essas palavras aqui de agradecimento, primeiramente e o reconhecimento do trabalho*
843 *de vocês. Muito obrigado.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Após os*
844 *esclarecimentos colocou em votação o item 5.1 da pauta e foi **APROVADO** de acordo*
845 *com o parecer da SUPRAM. – **Item 6.2 CLAP Industrial de Alimentos Ltda -***
846 ***Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados -***
847 ***Luz/MG - PA/Nº 07595/2007/002/2010 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF.***
848 ***RETIRADO DE PAUTA EM 27/09/2012.** – Francisco de Assis Braga –*
849 *Representante da ABES – Justificou a necessidade de se ausentar da reunião: “*Senhora**
850 **Presidente, eu preciso sair. Tenho compromissos acadêmicos. Peço licença a partir**
851 **desse momento.” – Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “*Nós retiramos de pauta na**
852 **verdade foi porque há uma intervenção em APP de baixo impacto que é só a**
853 **canalização da condução dos efluentes até o córrego, mas já foi regularizado.” –***



854 Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de
855 Três Marias – Fez três observações: “A primeira é que no item 2.8 diz que a Prefeitura
856 de Divinópolis aprova a localização do empreendimento. Eu acho que há um equívoco
857 aqui. Devemos mudar para Luz. A condicionante 2 do adendo a respeito de
858 compensação não diz a quem deve ser apresentada a proposta. Eu acho que tem que
859 ser completada com o nome do órgão a qual a proposta de compensação vai ser
860 apresentada. Na condicionante 9 eu solicito que ela seja completada também sobre
861 controle de captação de água com os dizeres da condicionante padrão. Ela está
862 incompleta. Só diz que tem que instalar horímetro e hidrômetro, mas na instalação em
863 si não traz nenhum benefício para o meio ambiente e nós não vamos controlar nada. Eu
864 gostaria que fosse completada com os dizeres da condicionante padrão.” – Daniela –
865 SUPRAM ASF – Informou que a SUPRAM não tinha objeção na correção da
866 condicionante. – Isabela – SUPRAM ASF – Afirmou que a condicionante 2 do adendo
867 ficaria: Apresentar à Gerência da Compensação Ambiental do IEF proposta de medida
868 compensatória. - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Esclareceu que a terceira
869 seria a condicionante padrão apresentada anteriormente. Colocou em votação o item 6.2
870 da pauta com as alterações sugeridas pelo conselheiro e foi **APROVADO**. – **Item 7.**
871 **Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 7.1**
872 **Fogos São Jorge Ltda - Fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos - Santo**
873 **Antônio do Monte/MG - PA/Nº 00297/2003/003/2012 - Classe 3. Apresentação:**
874 **Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** – Luana – SUPRAM
875 ASF – Justificou o motivo da baixa em diligência. “Foi baixado em diligência, porque
876 ele não tinha apresentado todos os cumprimentos de condicionantes. Nós fizemos uma
877 reunião com o empreendedor. Ele apresentou um ofício que foi feito em uma reunião
878 entre Sindicato das Indústrias de Fogos e o COPAM que estabeleceu os novos prazos
879 para o cumprimento das condicionantes. Nesses novos prazos foram cumpridas todas
880 as condicionantes.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Não tendo nenhuma
881 dúvida colocou em votação o item 7.1 da pauta e foi **APROVADO** de acordo com o
882 adendo da SUPRAM. – **Item 8. Processo Administrativo para exame da Licença**
883 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Ricardo Duquech/ KM**
884 **Kalium Mineração S.A - Unidade de tratamento de minerais UTM - Dores do**
885 **Indaiá/MG - PA/Nº 24721/2010/001/2011 - APEF Nº 4916/2012 - Classe 3.**
886 **Apresentação: Supram ASF.** – Não identificou – Solicitou corrigir na primeira página
887 do processo. “Está escrito Doresópolis. É Dores do Indaiá. No processo inteiro está
888 escrito. Está errado.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Solicitou que fosse
889 feita a retificação solicitada pelo conselheiro Lucélio. Em seguida colocou em votação o
890 item 8.1 da pauta foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM. – **Item 9.**
891 **Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Instalação: 9.1 L’**
892 **Imerys Indústria e Comércio de Cal Ltda / L’ Imerys do Brasil - Fabricação de cal**
893 **virgem, hidratada ou extinta - Doresópolis/MG - PA/Nº 28185/2011/002/2012 -**
894 **APEF Nº 5300/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** – Não identificou –
895 “Esse licenciamento do empreendimento nós já visitamos a cidade. Conhecemos o
896 empreendimento, praticamente toda a sua área de atuação. Nós sugeriríamos que fosse
897 incluída uma condicionante que já tem manifestação favorável da empresa também.
898 Nós já conversamos sobre isso. Seria a elaboração e implementação de um projeto de
899 educação ambiental com ênfase em coleta seletiva no município de Doresópolis. O
900 município não tem o aterro sanitário, é controlado. Esse trabalho de educação já tem
901 resultado muito positivo sobre eles. Seria um ganho para o município. A empresa já



902 *manifestou ser favorável a esse projeto junto à comunidade de Doloresópolis.” –*
903 *Anaximandro – Representante PUC Minas – Acrescentou: “Faço coro com as palavras*
904 *do conselheiro Mário. Conheço o trabalho realizado em Pains. Já foi destaque em*
905 *mídia nacional, mas como ele disse do empreendedor, eu queria saber se o*
906 *empreendedor está aí para asseverar se concorda com a condicionante para nós*
907 *podermos votar com mais tranquilidade.” – Mariana Bento – Representante da empresa*
908 *– Salientou: “A empresa está à disposição para cumprir essa condicionante. Conforme*
909 *o conselheiro Mário havia dito, a empresa já manifestou interesse em ajudar a cidade*
910 *com esse projeto que é de muita importância para toda a comunidade.” – Mauro da*
911 *Fonseca Ellovitch – Representante do Ministério Público – Elogiou a empresa: “Só*
912 *registrar aqui os parabéns a empresa por essa iniciativa. Nós não estamos aqui só para*
913 *bater nos outros. Nós temos que elogiar também quando atitudes como essa são*
914 *tomadas. (Inaudível) só queria discutir com vocês seria um prazo plausível para a*
915 *execução.” – Mariana Bento – Representante da empresa – Respondeu: “Conforme*
916 *conversado anteriormente, acreditamos que no prazo de um ano para elaboração e*
917 *execução do processo é o suficiente. Agora, se o conselho decidir dividir entre o prazo*
918 *da condicionante de apresentar o projeto e uma outra condicionante para comprovar o*
919 *início das atividades do projeto de educação ambiental é mais didático de ser*
920 *executado.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
921 *Propôs: “Posso sugerir então que vocês apresentem o projeto no prazo de 90 dias com*
922 *o cronograma de execução e execute conforme o cronograma?” – Mariana Bento –*
923 *Representante da empresa – Respondeu que a empresa estava de acordo. - Ana Carolina*
924 *de Brito Machado - SEMAD – Colocou em votação o item 9.1 da pauta e foi*
925 **APROVADO**. Em seguida colocou em votação a inclusão da condicionante de
926 educação ambiental. “Apresentar o projeto num prazo de 90 dias. O projeto e o
927 cronograma de execução e cumprir conforme o cronograma.” Foi **APROVADA** a
928 inclusão da condicionante. – **Item 10. Processos Administrativos para exame da**
929 **Licença de Operação Corretiva: 10.2 Elza Henriques de A. Oliveira EPP /**
930 **Cerâmica KF - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**
931 **listadas ou não classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**
932 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01691/2003/005/2012**
933 **- Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** – Shirley – SUPRAM ASF – Solicitou alterar
934 o prazo da condicionante no anexo 2, página 10, condicionante número 9. “Está
935 expressa 10 dias. É para alterar para 60 dias, por favor.” – Roberto Soares Nogueira –
936 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou
937 informações à equipe técnica: “Eu estou achando que é uma coisa estranha aqui, não?
938 A classe desse empreendimento aqui e o prazo concedido da licença de operação
939 corretiva. Se for classe 5 não pode ser 6 anos e se for 6 anos não pode ser classe 5. Eu
940 acho que há um equívoco aqui na pauta.” – Shirley – SUPRAM ASF – Respondeu que
941 é classe 3. “Para empreendimentos classe 3 são 6 anos.” – Não identificou –
942 Acrescentou: “E vou lembrar que o Ministério Público pediu vistas do 10.1, Geraldo de
943 Oliveira Costa, está com o mesmo engano.” - Ana Carolina de Brito Machado -
944 SEMAD – Esclareceu que foi publicado errado e solicitou correção: “Eu peço então a
945 Secretaria Executiva para verificar qual a classe do empreendimento do item 10.1 de
946 pauta e proceder a retificação para ser publicado corretamente na próxima pauta.
947 Também proceda a retificação do item 10.2, ao invés de classe 5, classe 3.” - Ana
948 Carolina de Brito Machado - SEMAD – Após os esclarecimentos colocou em votação o
949 item 10.2 de pauta e foi **APROVADO**. Em seguida colocou em votação a alteração do



950 prazo para 60 dias o cumprimento da condicionante número 9 e foi **APROVADO**. –
951 **Item 10.4. Neslon Nunes / Atelier Indústria de Moda Ltda - ME - Serigrafia -**
952 **Divinópolis/MG - PA/Nº 10527/2011/001/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram**
953 **ASF.** – Isabela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “A SUPRAM no momento em que vai
954 analisar os pareceres, antes de publicar no site, fazemos algumas observações para que
955 sejam observadas pelo técnico e uma delas constou na capa do parecer. Não foi
956 apagada. Só para desconsiderar essas observações que constam no quadro referente ao
957 responsável técnico pelo empreendimento. Na capa do parecer é para constar apenas
958 LF Serviços Técnicos de Engenharia Ltda e o número do CREA, porque constou uma
959 observação de que deveria ser colocado a condicionante do responsável técnico.
960 Inclusive a condicionante foi incluída. Já estaria tudo correto só esqueceu de apagar
961 mesmo a observação na capa.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
962 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou acrescentar: “No item 2.1
963 matérias primas ou insumos, eu pediria que vocês colocassem as unidades. Fica muito
964 difícil nós analisarmos uma tabela dessa sem as unidades.” - Ana Carolina de Brito
965 Machado - SEMAD – Solicitou que fosse realizada a retificação e inseridas as unidades
966 que faz referência a tabela. Em seguida colocou em votação o item 10.4 da pauta e foi
967 **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM, com a retificação solicitada pelo
968 conselheiro. – **Item 10.5 - Bel Minas Ltda - ME - Fabricação de explosivos,**
969 **detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança - São Sebastião**
970 **do Oeste/MG - PA/Nº 16367/2011/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram**
971 **ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da
972 Represa de Três Marias – Solicitou correção: “No relatório eu me deparei aqui com a
973 classificação do consultor e responsável técnico proposto pelo empreendimento como
974 engenheiro agrônomo. Eu conheço o consultor de longa data e é engenheiro civil. Há
975 um equívoco aqui que eu gostaria que fosse corrigido. Esse consultor me abordou hoje
976 e eu acho que ele já deve até ter ido embora, mas o problema aqui é o seguinte. Nós
977 temos exigido aquele controle de uso de água quando é para uso industrial. Realmente
978 esse processo aqui não tem nenhum uso industrial de água. Não é usado água no
979 processo industrial. A captação é exclusivamente para uso doméstico. Eu não vejo
980 porque manter a exigência do controle de ter horímetro e hidrômetro. Sugiro que seja
981 retirada essa condicionante, porque realmente não tem razão de ser.” – Diogo –
982 SUPRAM ASF – Respondeu: “Roberto, o senhor pode até reparar que os outros
983 pareceres todos mesmo sendo consumo humano foi pedido horímetro e medidor de
984 vazão. A SUPRAM não concorda com essa alternativa. Caso esse conselho vote para a
985 retirada, sim.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do
986 Entorno da Represa de Três Marias – Acrescentou: “Eu apenas quis apelar para o bom
987 senso, mas realmente se o conselho decidir eu voto com o conselho e pronto.” – Greco
988 – Representante da empresa – “O meu destaque é que o consumo de água é só para
989 consumo humano e o item que está lavagem é lavagem do escritório. O processo
990 produtivo não usa água. Ele usa especialmente duas coisas, nitrato e óleo vegetal.
991 Mistura-se os dois, vai criar uma massa. Essa massa só através de um detonador ela
992 vira um explosivo. Meu pedido era a condicionante número 1 ser retirada por causa
993 disso que é só consumo humano. É pouco. É insignificante.” – Não identificou –
994 Manifestou em manter a sugestão de ser votada. “Mas eu não vou me opor aos votos do
995 conselho não. Se o conselho achar que deve, inclusive por questão de isonomia eu estou
996 de acordo. Eu sou um defensor da isonomia.” – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu:
997 “Só para frisar que os equipamentos que estão sendo pedidos são equipamentos para



998 controle. Independente da finalidade do uso, nós só conseguimos fazer a fiscalização do
999 que ele pediu na autorização dele através desses instrumentos. Por isso que eu ressalto
1000 que é importante a manutenção dessa condicionante.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1001 Representante Ministério Público – Concordou com a superintendente Paula. “Eu acho
1002 que pelas normas de direito ambiental que se pauta pela precaução que na dúvida em
1003 prol ao meio ambiente não custa manter isso para nós fiscalizarmos. Não é que esteja
1004 duvidando do empreendedor, mas é uma questão de isonomia. Todos os
1005 empreendimentos da mesma maneira nós mantivemos para fiscalizar se não estão tendo
1006 uso inadequado. Eu não vejo como prejudicial ou irrazoáveis que tenha essa
1007 condicionante.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Colocou em votação o
1008 item 10.5 da pauta e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM. – Edécio
1009 Ferreira – Representante FAEMG – Justificou o atraso dele. “Senhora presidente, eu
1010 gostaria de apresentar a minha desculpa pelo atraso. Estava atuando na Justiça do
1011 Trabalho em Bom Despacho. Tinha comunicado previamente que chegaria por volta de
1012 10:30. Aproveitar o ensejo, se não houver oposição por parte do Dr. Mauro. Eu queria
1013 participar das vistas do processo do item 10.1.” – Camilo de Lélis André Melo –
1014 Representante FEDERAMINAS – “Eu também gostaria de participar.” - Ana Carolina
1015 de Brito Machado - SEMAD – Informou: “A respeito do item 10.1 concedidas vistas
1016 para o Ministério Público, FEDERAMINAS e FAEMG.” - **11. Processos**
1017 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 11.1**
1018 **Sindicato Intermunicipal Ind. Metalúrgica, Mecânicas e do Material Elétrico de**
1019 **Itaúna - SINDIMEI - Aterro para resíduos não perigosos - classe II, de origem**
1020 **industrial - Itaúna/MG - PA/Nº 17810/2005/005/2011 - Classe 5. Apresentação:**
1021 **Supram ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do
1022 Entorno da Represa de Três Marias – Disse ter duas observações. “Conheço com
1023 bastante propriedade o empreendimento e notei aqui duas coisas que não me
1024 agradaram. Eu vou listá-las. A primeira é um empreendimento que tem um
1025 relacionamento com a comunidade extraordinário. Para vocês terem uma ideia, nos
1026 anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, 16 escolas visitaram e participaram do programa de
1027 interação com a comunidade que não consta só de palestras sobre o tema,
1028 apresentação do depósito de resíduos, plantio de árvores, visita e discussão de
1029 assuntos ambientais. Inclusive hoje tem duas entidades de nível superior visitando o
1030 aterro. Inclusive, a FUNEDI aqui de Divinópolis. Empresas foram quatro. O total de
1031 visitantes levantados nesses projetos foi superior a 2140 pessoas. Aqui no relatório
1032 técnico não consta interação com a comunidade. Eu acho que é um demérito do
1033 trabalho que é feito lá nessa entidade. Outro problema que eu queria alertar é como o
1034 empreendimento está parede e meia com aterro sanitário de Itaúna. Quando é pedida
1035 uma condicionante de nº 7 que se faça um trabalho de redução dos índices de arsênio,
1036 chumbo, cianetos, prata e mercúrio nas águas subterrâneas nós temos que fazer um
1037 trabalho conjunto. Eu acho que tem que pedir monitoramento cá e monitoramento lá,
1038 porque água subterrânea não tem localização geográfica de superfície. É preciso muito
1039 cuidado com esse tipo de condicionante e que seja complementado com uma exigência
1040 também que a Prefeitura Municipal de Itaúna forneça os seus dados de monitoramento
1041 de água subterrânea.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1042 Público – Concordou: “Minha observação é justamente em relação a essa
1043 condicionante 7. Na minha opinião ela é mais importante talvez das condicionantes que
1044 estão sendo colocadas aqui, porque é a mais preocupante, envolve contaminação por
1045 metal pesado. Eu acho que como nós estamos falando de condicionante para esse



1046 *empreendimento, nada impede que nós exijamos da Prefeitura de Itaúna. Só que isso*
1047 *não pode ser excluído desse empreendimento. Tem que ser feito com ele. Estou fazendo*
1048 *coro com isso. Eu acho importantíssimo. Eu acho vital de apresentar solução técnica.*
1049 *Eu ia até sugerir a complementação dela. Ficaria apresentar uma solução técnica para*
1050 *diminuir os valores dos seguintes parâmetros: arsênio, chumbo, cianetos para o*
1051 *tratamento de água subterrânea e executar a solução técnica proposta após aprovação*
1052 *da SUPRAM. Para dar exigibilidade para essa solução técnica. Roberto, se for o caso*
1053 *nos estudos deles, eles indicarem que talvez a fonte de contaminação maior talvez seja*
1054 *o aterro sanitário, isso vão vir os dados para a SUPRAM e eu até peço que seja*
1055 *comunicado ao Ministério Público para que tome as providências cabíveis em relação*
1056 *ao aterro. Desculpe. Ainda queria também congratular esse aterro. O SINDIMEI presta*
1057 *um serviço fundamental aqui para a região. Nós precisamos que tenha mais*
1058 *empreendimentos como este aqui. O que dá uma solução ambientalmente viável para*
1059 *resíduos de ene tipos de empreendimentos da região.” – Maurício Fernandes –*
1060 *Representante do SINDIMEI e consultor ambiental – Esclareceu: “A respeito dessa*
1061 *condicionante, Dr. Roberto e Dr. Promotor. Eu vou dizer não só a minha sugestão de*
1062 *acrescentar aqui, alterar um pouco, apresentar uma solução técnica para diminuir os*
1063 *valores dos produtos, caso constatados esses valores serem superiores ao permitido. O*
1064 *nosso empreendimento, por exemplo, a areia de escória e até mesmo parte de sistema*
1065 *de tratamento (Inaudível) tem um sistema todo (Inaudível) monitoramento caracterizou*
1066 *valores acima do permitido (Inaudível) dos parâmetros de (Inaudível) pequena*
1067 *propriedade para eu falar com relação a identificação de água subterrânea. Os dois*
1068 *empreendimentos estão próximos e a situação lá (Inaudível) o aquífero é homogêneo é*
1069 *muito difícil um local, qual seria, a quem seria o responsável. Isso é um fato. O*
1070 *segundo é que pode ser, dependendo do local, essa eventual contaminação pode ser*
1071 *feita a montante e a quilômetros de distâncias. Apesar do processo depurativo da areia*
1072 *e do solo que nós conhecemos, isso pode acontecer. Queria alguma coisa realmente que*
1073 *seja mais aplicável para nós se vocês concordarem. Queria aproveitar e fazer uma*
1074 *observação da condicionante 10 com relação a proibição do (Inaudível) de lavador*
1075 *(Inaudível) apesar de ser um tipo de aterro. Na verdade a proposta do SINDIMEI é um*
1076 *depósito de areia do qual a expectativa (Inaudível) a nossa intenção é exatamente de*
1077 *preservar essa areia sem nenhum tipo de contaminação com um eventual*
1078 *aproveitamento. Nós estamos falando (Inaudível) 100.000 toneladas armazenadas*
1079 *(Inaudível) 150 mil m³ de areia que já seriam deixados de ser retirados da natureza. A*
1080 *lama proveniente do sistema de tratamento de forno cubilô é toda a lama que*
1081 *recebemos lá. Ela é acompanhada apenas do que é permitido para a sua destinação,*
1082 *acompanhada de uma classificação. Um laudo laboratorial. Não contestando a*
1083 *idoneidade ou eficiência desse laboratório, conclusão nós temos até do próprio CETEC*
1084 *que é um laboratório governamental. Em todos eles nós (Inaudível) foram classificados*
1085 *como classe 2. Mesmo que na DN, em alguma tabela tenham componentes que*
1086 *eventualmente tem nessa lama que são componentes que também pode observar aqui no*
1087 *próprio solo, na própria natureza existem esses componentes. A questão é a*
1088 *concentração deles. Esse lodo nós recebemos. Classe 2. Nunca jamais classe 1. Se*
1089 *eventualmente existiu um outro classe 1 certamente ele não vai para o aterro. Não será*
1090 *permitida a destinação dele. Nós gostaríamos também de que tirasse essa*
1091 *condicionante 10, porque em termos ambientais, em termos econômicos, em termos de*
1092 *sustentabilidade a quantidade gerada de lodo é muito pequena. Muito pequena mesmo.*
1093 *Nessa questão, digamos assim, da condição de sustentabilidade de (Inaudível)*



1094 *principalmente os pequenos é enorme. Teria que gastar o mesmo valor para destinar*
1095 *100 kg de lodo, por exemplo, para o local mais próximo permitido o tratamento, no*
1096 *caso é Betim, no Sul de Minas. Gostaria que os senhores levassem em consideração.”*
1097 *– Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Informou que*
1098 *gostaria de ouvir a equipe da SUPRAM sobre essa questão da lama do lavador. “Porém,*
1099 *em relação à solução técnica eu não vou poder concordar com o senhor em relação a*
1100 *condicionante 7. Eu vou explicar por quê. Os valores de vocês que foram apurados*
1101 *foram apurados como limítrofes. Esse automonitoramento é semestral. A chance de*
1102 *variação disso aí é muito grande. Nesses 6 meses ter ultrapassado é muito tênue para*
1103 *nós termos uma segurança a partir desse nível. Eu concordo plenamente com o senhor*
1104 *quando falou que é difícil de averiguar de quem venha a contaminação. Justamente*
1105 *para isso o direito ambiental desenvolveu a responsabilidade objetiva e o princípio da*
1106 *precaução, porque senão. Tenta compreender meu raciocínio. Senão cada*
1107 *empreendedor, cada proprietário, cada empreendimento colocaria culpa no outro. Não*
1108 *sou eu, pode ter sido ele. Ninguém faria nada. Em razão disso existe essa*
1109 *corresponsabilidade objetiva e o princípio da precaução. Pelo que eu continuo*
1110 *entendendo que essa condicionante é fundamental. Ninguém está falando aqui que o*
1111 *senhor deva solucionar o problema de arsênio, chumbo e cianeto de todo o lençol*
1112 *freático, mas está falando em adotar uma solução técnica para diminuir os parâmetros.*
1113 *Vocês vão apresentar um estudo. Vocês vão apresentar todas as medidas que vocês*
1114 *fizeram para mostrar que dentro do empreendimento de vocês fizeram todo o possível*
1115 *para reduzir isso. Eventualmente tendo essas medidas técnicas sendo adotadas fica até*
1116 *mais fácil, dá até segurança para vocês de não serem imputados por uma eventual*
1117 *contaminação. Eu acho que a redação. Quem elaborou foi muito feliz quando elaborou*
1118 *essa condicionante que fala em apresentar solução técnica para diminuir. Vocês*
1119 *comprovando que efetuaram tudo o possível dentro do empreendimento de vocês para*
1120 *reduzir, vocês estão até resguardados em caso de eventual corresponsabilidade. Eu*
1121 *acho fundamental manter do jeito que está e até acrescentar aquilo que eu tinha falado*
1122 *em executar a solução técnica após aprovação da SUPRAM.” - Diogo – SUPRAM ASF*
1123 *– Respondeu ao conselheiro: “Está executado corretamente. Sobre a questão número 10*
1124 *que é para excluir a condicionante, a SUPRAM não é favorável, porque o pó de balão*
1125 *conforme a 10.004 de 2004 possui três elementos que estão dentro desse que está dando*
1126 *no limite conforme apresentados no monitoramento. A SUPRAM não aceita a exclusão*
1127 *dessa condicionante. Pode ser que a análise tenha dado classe 2 A. só que na 10.004 o*
1128 *item 272 K cita cada... eu não lembro bem quais são, mas eu sei que eles estão dentro*
1129 *dessa padrão que está sendo monitorado. A SUPRAM não aceita a exclusão dessa*
1130 *condicionante.” – Paula – SUPRAM ASF – Complementou: “Quando da votação do*
1131 *processo houve uma restrição de quais os resíduos industriais que seriam colocados*
1132 *nesse aterro. Toda a questão da viabilidade ambiental e locacional do próprio aterro*
1133 *foi para areia de fundição. Não que a lama não possa ser colocada no aterro. Não é*
1134 *isso. Nós não estamos restringindo, mas nós precisamos avaliar se tecnicamente é*
1135 *possível o aterro receba esse tipo de resíduo. Antes que o empreendedor faça esse, viu*
1136 *Maurício. Antes que faça o depósito da lama no aterro nós temos que avaliar a*
1137 *viabilidade mesmo e trazer como um adendo ao conselho se é possível ou não depositar*
1138 *esse tipo de material. Fazendo uma complementação também em relação ao pedido de*
1139 *exclusão de monitoramento. Eu não acho prudente nós esperarmos o nível desses*
1140 *metais estar alto, porque a partir do momento que está é alto é porque já está acima*
1141 *dos limites, é porque já existe degradação. O órgão não pode trabalhar dessa forma.*



1142 *Ele tem que primeiro monitorar e alguma eventualidade que aconteça ele tem que pedir*
1143 *a remediação. Eu também, corroborando com o Diogo nós sugerimos a manutenção da*
1144 *condicionante.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do*
1145 *Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou informações sobre o relacionamento*
1146 *com a comunidade. – Diogo – SUPRAM ASF – Informou: “Houve esse tipo de ação*
1147 *que você falou, mas queria pedir e creio também que deve ter. No estudo não foi*
1148 *colocado. Pode ser que tenha sido protocolado no órgão depois... Ele me falou que*
1149 *protocolou sim.” – Não se identificou – Fez uma solicitação: “Tendo em vista do que já*
1150 *foi acordado aqui e definido pelo COPAM, há a possibilidade da condicionante 7*
1151 *esticar um pouco mais o prazo, porque pelo que eu tenho esses estudos serão feitos*
1152 *através de laudos laboratoriais. O laudo precisa de no mínimo 30 dias para (Inaudível)*
1153 *pontual eu acho que não seria a situação. Por exemplo, 180 dias para se apresentar um*
1154 *estudo ao COPAM. O estudo vai precisar de resultados laboratoriais. A condicionante*
1155 *10, igual a Dra. Paula colocou, seria só deixar um pouco mais claro que ficou*
1156 *(inaudível) até a comprovação por parte do empreendedor da possibilidade de uso.” –*
1157 *Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público- Acrescentou: “Em*
1158 *relação a questão do prazo eu queria ouvir o pessoal da equipe técnica da SUPRAM.*
1159 *Eu acho que nós não teríamos problemas quanto a isso não. Em relação a*
1160 *condicionante 10, eu acho que o que a Paula quis falar não é que vocês vão... se vocês*
1161 *passarem a receber o filtro de lavador você vão ter que apresentar um novo estudo e*
1162 *vai ter que ser feito um adendo. É igual acrescentar um equipamento novo numa*
1163 *siderurgia, por exemplo. Não é decidido assim no sentido de fica proibido até vocês*
1164 *protocolarem. Na verdade, vocês vão fazer. Vai vir um adendo com a análise do corpo*
1165 *técnico da SUPRAM e vai submeter para nós. Acho que era isso que eles estavam*
1166 *querendo falar. Realmente a condicionante eu acho que tem que ficar do jeito que ela*
1167 *está mesmo sem prejuízo de vocês apresentarem esse estudo e pedirem um adendo aqui*
1168 *para nós.” – Edélcio Ferreira – Representante FAEMG – Informou que havia duas*
1169 *condicionantes 9. “Vão prevalecer as duas ou uma vai ser excluída? Ou vai ter 9A e*
1170 *9B?” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Informou que era só renumerar.*
1171 *Perguntou sobre prorrogação do prazo de 180 dias da condicionante 7. – Diogo –*
1172 *SUPRAM ASF – Respondeu que a SUPRAM estava de acordo com 180 dias. - Ana*
1173 *Carolina de Brito Machado - SEMAD – Colocou em votação o item 11.1 da pauta*
1174 *conforme o parecer da SUPRAM e foi APROVADO. Em seguida solicitou a leitura da*
1175 *proposta da condicionante 7. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério*
1176 *Público – “Apresentar uma solução técnica para diminuir os valores dos seguintes*
1177 *parâmetros: Arsênio, chumbo, cianetos, prata e mercúrio no monitoramento de águas*
1178 *subterrâneas. Executar a solução técnica proposta após aprovação da SUPRAM. Prazo*
1179 *180 dias para apresentação a partir da notificação da empresa quanto à concessão da*
1180 *revalidação da LO.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Colocou em*
1181 *votação a alteração da condicionante e foi APROVADO. – Item 11.2 Cerâmica Visão*
1182 **Ltda - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou**
1183 **não classificadas e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido,**
1184 **exclusive de cerâmica - Pará de Minas/MG - PA Nº 04059/2004/003/2012 - Classe 5.**
1185 **Apresentação: Supram ASF. – Isabela – SUPRAM ASF – Solicitou que fosse feita**
1186 *uma correção: “Fazer uma pequena correção no controle processual, no penúltimo*
1187 *parágrafo consta que será conferida o acréscimo de 2 anos. Só para alterar, porque o*
1188 *empreendimento sofreu uma autuação. Na verdade, não foram conferidos esses 2 anos.*
1189 *Não houve o acréscimo de 2 anos. O prazo foi colocado corretamente em 4 anos.” –*



1190 Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de
1191 Três Marias – Solicitou correção: “No quadro matérias primas não tem a quantidade de
1192 pó de balão. Eu não sei se foi uma falha. Gostaria que fosse retificado, porque com
1193 esses valores nós não podíamos aprovar não.” – José Antônio – SUPRAM ASF –
1194 Esclareceu: “Só retificar. O consumo anual é de 157 toneladas de pó de balão.” - Ana
1195 Carolina de Brito Machado - SEMAD – “Fica retificado no quadro 1 esse valor de 157
1196 toneladas.” Em seguida colocou em votação o item 11.2 da pauta e foi **APROVADO**. -
1197 **Item 12. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de**
1198 **Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 12.1**
1199 **Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA / Estação de Tratamento**
1200 **de Esgoto - ETE Matadouro - Tratamento de Esgotos Sanitários - Bom**
1201 **Despacho/MG - PA/Nº 07081/2005/001/2008 - Classe 3. Apresentação: Supram**
1202 **ASF. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou**
1203 **esclarecimentos: “Foi concedida uma prorrogação de prazo e menciona no adendo que**
1204 **as condicionantes vinham sendo cumpridas. A minha maior preocupação é em relação**
1205 **a esse condicionante 1 que mencionava o dano ambiental, grave incômodo para a**
1206 **população que é a obstrução de um bueiro e a necessidade da limpeza das margens do**
1207 **Córrego Machado. Minha maior preocupação é essa daqui, porque para mim é uma**
1208 **questão importante se nós vamos dar uma prorrogação de prazo se ele não fez pelo**
1209 **menos isso daí? Eu não me sinto seguro para conceder essa prorrogação de prazo.” –**
1210 **Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Eu sugiro que nós baixemos o processo em**
1211 **diligência para verificar uma vez que não vai haver prejuízo para o empreendedor. Nós**
1212 **verificamos o que foi feito. Se necessário nós fazemos uma vistoria em campo, avalia**
1213 **com a população se ainda existe o incômodo.” - Ana Carolina de Brito Machado -**
1214 **SEMAD – “Fica **BAIXADO EM DILIGÊNCIA** o item 12.1 de pauta para verificação**
1215 **dos aspectos da condicionante número 1.” - Item 15. Relatório de Cumprimento das**
1216 **Condicionantes estabelecidas na Licença de Operação PA/Nº 12082/2005/002/2008.**
1217 **Apresentação: Concessionária Rodovia MG 050 S.A. - Ana Carolina de Brito**
1218 **Machado - SEMAD – Informou que teriam 20 minutos para apresentação.**
1219 **(Transcrição literal da apresentação e questionamentos realizados pelos**
1220 **conselheiros). – Geovane Santos – Engenheiro da Concessionária Nascentes das Gerais**
1221 **– Nós vamos fazer uma apresentação breve, que o nosso tempo é curto. Primeiro eu vou**
1222 **apresentar a empresa. Nós somos uma Parceria Público Privado junto com a Secretaria**
1223 **de Transporte de Minas e o DER, que é o Departamento de Estradas e Rodagem. Nosso**
1224 **início de concessão foi em 2007. Durante 25 anos nós temos as concessões nos trechos**
1225 **mencionados aí. O investimento é de abrangência de 22 de municípios, chegando a uma**
1226 **população de 1,3 milhões de habitantes. Aqui a assinatura do contrato. Aqui é o mapa**
1227 **do nosso sistema concessionário. Nós temos hoje instaladas seis praças de pedágio ao**
1228 **longo do trecho. Nós temos também seis atendimentos ao usuário ao longo do trecho**
1229 **também. Esse aqui é a representação do nosso VDM que é o volume médio diário de**
1230 **veículos. Depois eu vou disponibilizar essa apresentação para o pessoal. Nós (inaudível)**
1231 **os sistemas operacionais para entrar nas condicionantes, o atendimento do 0800, serviço**
1232 **de guincho, inspeção de tráfego, a parte de pesagem de veículos e serviço de**
1233 **regularização de animais. Chegando aquele quantitativo ao lado. Hoje a concessionária**
1234 **opera com os recursos operacionais com cinco viaturas de inspeção. Cinco guinchos**
1235 **leves, guincho pesado por demanda. Nós temos um caminhão boiadeiro para captura de**
1236 **animais. Hoje, a empresa, a organização, nós temos três planos. O primeiro plano que é**
1237 **de um fomento especial, é o plano de gestão ambiental onde são feitas campanhas**



1238 ambientais com distribuição de folhetos, campanhas educativas. Até hoje nós já
1239 distribuímos 240 mil mudas e sementes para os usuários das rodovias. A distribuição de
1240 lixeiras. Lixocar. Nós até trouxemos alguns exemplares ali. Depois nós vamos distribuir
1241 para vocês. A parte de monitoramento ambiental, de execução de obras e a parte de
1242 revitalização de áreas degradadas junto as nossas (Inaudível). Nós temos também o
1243 plano de gestão social de abrangência a parte de educação ambiental junto às escolas.
1244 Nós temos a campanha de destaque “Segura o Bicho” com o intuito de estar educando
1245 todos os proprietários lindeiros que possuem animais na pista ao longo da rodovia. Nós
1246 temos também uma campanha “Alô Caminhoneiro”. Essa parte junto com todos os
1247 caminhoneiros que trafegam no dia a dia na rodovia da passarela e (Inaudível)
1248 dispositivos de segura vida são distribuídos para os motoqueiros. Tem também o nosso
1249 plano de segurança rodoviária que abrange diretamente a parte de gestão ambiental na
1250 prevenção de acidentes com cargas perigosas. Nós vamos demonstrar ali um vídeo se
1251 der tempo. Campanhas contra queimadas. A parte também de captura de animais. Essas
1252 são todas as campanhas envolvidas na organização. Na parte de redução de acidentes. É
1253 notório que, depois da gestão da concessionária nós conseguimos reduzir uma parte
1254 significativa de todos os acidentes da rodovia com 20 mil feridos. Na parte de
1255 comunicação nós distribuímos panfletos. A parte do guia 050 onde nós apresentamos a
1256 parte turística ao longo da rodovia. Visto que nosso trecho é uma área contemplada por
1257 diversas áreas belas. No caso de Furnas. Relações de investimentos ao longo dos 25
1258 anos. Acho que não vai dar para os senhores verem, mas está na apresentação. Tem as
1259 obras previstas. Destaque ali nas faixas adicionais que são 105 km de faixa adicionais
1260 ao longo da concessão. Nós temos também a implantação de 13 estruturas de passarelas
1261 de passagem de pedestres. Totalizando 58 trevos, 32 estruturas de ponte e 39 passarelas.
1262 Hoje nós fizemos um resumo das principais obras realizadas. São 14 km de duplicação.
1263 31 km de terceira faixa. 15 km de acostamento. 12 obras de artes especiais contando
1264 ponte, viadutos entre outros. 0.7 adequações geométricas na parte de dispositivos de
1265 alças entre outros. 12 passarelas de travessia de pedestres. Isso é uma maquete
1266 eletrônica dos trechos que estão sendo restaurados. Isso é depois do trecho instaurada.
1267 Esse trecho é em Juatuba no km 60,5. Está o antes e o depois. Essa é uma característica
1268 de obra de duplicação, elevação de passagem de nível lá em Juatuba. Essas são as
1269 passagens inferiores de veículos. Isso são as implantações de terceiras faixas e faixas
1270 adicionais ao longo da rodovia. Isso é a parte de recuperação de pavimento, onde nós
1271 temos a característica de restauração com o TSD que é o Tratamento Superficial Duplo.
1272 A parte com polímero. A parte de (inaudível) que é a parte mais técnica. A parte de
1273 microrrevestimento e a parte de perfilagem com microrrevestimento. Isso é o antes e o
1274 depois. É uma obra da travessia urbana de Córrego Fundo no km 212. Nós mostramos o
1275 antes e o depois. Com todas as partes de sinalizações, adequações de faixa, sinalização
1276 vertical, horizontal. A parte de plantio. A parte de manutenção de canteiros centrais.
1277 Limpeza de pista. Esse é o antes e depois também de passagem de nível. Essa é a parte
1278 de proteção do dispositivo de barreira pública. Isso também é o antes e depois de
1279 duplicação. Esse é o trevo de Formiga onde foi feita a duplicação do trevo de Formiga.
1280 Isso é a parte de adequação de acessos e retornos. Em Formiga também. Esse é a
1281 duplicação de Formiga também. A construção de uma terceira faixa do km 49. Outra
1282 terceira faixa. Outra terceira faixa. Isso é o antes e depois da rodovia. É notório que
1283 quando nós pegamos a rodovia em 2007, a rodovia estava praticamente largada pelos
1284 órgãos. Nós fizemos diversas ações na parte de limpeza, na parte roçada, cercamento, a
1285 parte que começa o asfalto. Nós vamos demonstrar os antes e os depois aqui. Essa é a



1286 faixa inicial até a faixa final. A parte de recuperação ao longo da rodovia. Tem a parte
1287 de pavimento. Antes e depois que hoje o seguimento está. Eu vou estar passando. Aqui
1288 está bem degradado. Gostaria que vocês prestassem atenção. Esse é todo o seguimento.
1289 Agora, foi só uma apresentação. Agora nós vamos às condicionantes. Hoje o corpo
1290 técnico da Nascentes está estruturado na parte de gestão ambiental como esse por
1291 exemplo. Nós temos a parte de apoio de licenciamento que nós temos uma empresa
1292 contratada e os representantes dela estão ali. Hoje está presente o engenheiro Pedro, que
1293 é engenheiro ambiental. Nós temos uma parte de monitoramento de fiscalização das
1294 obras. É representado pela empresa Viva Verde. Hoje está o diretor Antônio que ele é
1295 da parte de gestão ambiental. Hoje nós temos o apoio do departamento da elaboração do
1296 PGA que é a GEOTEC. PGA é o Plano de Gestão Ambiental. Ele presta a parte de
1297 operação de relatórios entre outros. Eu sou o representante da Nascentes da parte de
1298 gestão ambiental. Sou engenheiro civil com ênfase em meio ambiente. Foram entregues
1299 os documentos para nossa LO, protocolo. As condicionantes previstas. Implantação do
1300 dispositivo de medição em todos esses pontos de curso d'água. Nós colocamos uma foto
1301 da barreira da ponte do 198. (inaudível)... dispositivos tanto de barreira tipo New Jersey
1302 (Inaudível) isso é ao longo da nossa rodovia. Nós temos 36 obras de arte. Está a
1303 listagem. Pode. Pode sim. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1304 Público – Desculpe interromper. Até para otimizar, porque depois para vocês
1305 responderem todas as condicionantes fica mais complicado. Nessa que era das pontes
1306 New Jersey. Vocês instalaram todas as pontes nos trechos que vocês já estão operando?
1307 É isso que eu queria saber. Vocês tem essa relação? Eu vou pedir para vocês passarem a
1308 SUPRAM para eles fazerem a conferência. – Não identificou – Nesse caso, dessa
1309 condicionante nós temos a parte de recuperação e reforço do alargamento de todas as
1310 obras de arte. É notório que hoje as nossas pontes tem dispositivos de guarda corpo
1311 vazado que não é hoje mais permitido por norma. Automaticamente quando nós
1312 estamos fazendo a parte de alargamento das obras nós já fazemos esse dispositivo que é
1313 a barreira do tipo New Jersey e o tratamento de cada obra de arte. – Não identificou –
1314 Por favor. Ficou implantação de dispositivo para todas as pontes e bueiros cujos cursos
1315 d'água são usados. O que eu perguntei é. Foi implementado em todas as pontes e
1316 bueiros? – Não identificou – Não. Na apresentação junto a SUPRAM nós colocamos a
1317 justificativa que nós vamos estar recuperando todas as obras já apresentamos o
1318 cronograma de recuperação junto com o acompanhamento das obras. Hoje nós já
1319 recuperamos 8 pontes. 8 já tem esse dispositivo. De 36 nós já temos 8. – Mauro da
1320 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Eu estou vendo que várias
1321 condicionantes vocês estão apresentando tem uma questão documental, uma questão
1322 mais complexa. Eu vou pedir então para a SUPRAM fazer análise de cada uma dessas
1323 condicionantes que vocês estão pontuando, principalmente essa, porque eu não sei como
1324 é que ficou o prazo. Você não tem aí o prazo dessa condicionante não? – Não
1325 identificou – Prazo 90 dias. – Camilo de Lélis André Melo – Representante
1326 FEDERAMINAS – Eu achei. Dr. Mauro, só falar aqui rapidinho. Eu achei essa
1327 apresentação seria mais para aluno de primário. O que eu queria era assim. As
1328 condicionantes de um lado. Prazo. Cumpriu ou não cumpriu. Pronto. Só isso que nós
1329 queremos. – Geovane – Representante Nascentes das Gerais – Nós não acabamos a
1330 apresentação, mas para frente tem os prazos. – Não identificou – Quer dizer que essa
1331 primeira que o senhor apresentou não foi cumprida. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1332 Representante Ministério Público – Exatamente. Minha dúvida. Eu acho até interessante
1333 eles mostrarem, mas é importante que nós pontuemos. No caso aqui ela foi parcialmente



1334 cumprida. Não cumpriu ela completamente. – Não identificou – Entendeu qual é a
1335 minha dúvida? Porque ao longo desse processo todo de vocês tem um punhado de
1336 condicionante. Todo adendozinho de licença que vocês pediram tem a condicionante.
1337 Quando nós pedimos essa apresentação foi para ver se essas condicionantes foram
1338 cumpridas. Isso que nós queremos. O trabalho de vocês é excelente. Concordo. Vocês
1339 estão de parabéns. Por exemplo, essa primeira condicionante não foi cumprida. Isso que
1340 nós estávamos querendo. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1341 Público – Só falar que concordo completamente com o Camilo. O Senhor me desculpa,
1342 Geovane, mas cada uma dessas condicionantes conforme você for passando eu vou
1343 fazendo questionamento dentro do que foi estabelecido como condicionante, o que está
1344 parcialmente cumprido, o que está descumprido e o que está cumprido efetivamente. -
1345 Geovane – Representante Nascentes – Ao longo da apresentação podem estar
1346 argumentando. Agora, todos esses argumentos que eu estou apresentando aos senhores
1347 foram apresentados a SUPRAM. Está prevista uma vistoria em campo para estar
1348 adequando todas as apresentações de todas as condicionantes. A segunda. Apresentação
1349 de nova alternativa de traçado no km 309 ao 315. Nós fizemos o estudo de traçado junto
1350 com o projeto. Esse projeto de elaboração no cronograma de 2014 está no cronograma
1351 junto ao edital de concessão. Já foi feito um estudo de projeto que está apresentado a
1352 SUPRAM de adequação desse curso d'água. Algum questionamento? – Mauro da
1353 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Foi feito o pedido de
1354 prorrogação de prazo para essa condicionante? Porque salvo engano, pelo que está aqui
1355 ela era de 6 meses. – Não identificou – Ela está interligada a validação da LO. – Não
1356 identificou – Na verdade não. Ela estava ligada ao cumprimento daquela outra LO.
1357 Vocês deviam, antes de ter vencido o prazo de 6 meses ter protocolado aqui o pedido de
1358 prorrogação de prazo, porque eventualmente você pode até acarretar uma não
1359 revalidação. Vocês não cumpriram. Não pediram prorrogação de prazo e foram
1360 empurrando para a revalidação da LO. Isso foi completamente equivocado. Na verdade,
1361 se nós formos fazer uma análise fria a condicionante está descumprida. – Geovane –
1362 Representante Nascentes – Foi apresentada justificativa em análise da SUPRAM. Nós
1363 poderemos avaliar. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
1364 Todas as questões que eu estou pontuando depois eu vou pedir para SUPRAM fazer
1365 uma análise e trazer um relatório para nós. Isso vai obviamente ver. Espero que venha
1366 antes da revalidação de LO, porque se deixar isso para revalidação de LO muito
1367 provavelmente vai acabar dando indeferimento. Nós não queremos. Nós sabemos que é
1368 uma obra importante. É de utilidade pública. É importantíssimo para região. Por isso
1369 que eu acho que nós temos que adequar isso o mais rápido possível. Eu vou pontuar. Eu
1370 vou pedir para SUPRAM avaliar as justificativas de vocês, mas o fato é que isso não foi
1371 trazido para o conselho. O conselho que tinha que ter deliberado essa prorrogação de
1372 prazo. – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos agora a campanha 2013. Nós
1373 estamos revalidando toda a parte de gestão ambiental da empresa. O intuito, até já
1374 conversei com o senhor, é de estar apresentando campanhas nunca apresentadas em
1375 Minas. Hoje nós temos o parâmetro de modelo de rodovia, as eco rodovias. Hoje nós
1376 somos a segunda rodovia do país que nós possuímos um relatório que chama Princípio
1377 do Equador. A busca em 2013, Dr. Mauro é de estar conseguindo a certificação na ISO
1378 14 o atendimento de todas as condicionantes com prazos e também o cumprimento de
1379 outras ações não só ligadas as condicionantes, mas campanhas que vão estar movendo
1380 toda a sociedade. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
1381 Eu acho importante. Eu acho que o primeiro passo da empresa é admitir realmente que



1382 era imprescindível vocês fazerem essa mudança de gestão. A gestão como estava, até
1383 pelo que você vem apresentando. O que todo mundo traz aqui no conselho para nós não
1384 estava sendo feita de maneira adequada. Isso compromete assim de maneira muito grave
1385 o desempenho ambiental do empreendimento. Foi importantíssima essa mudança de
1386 postura da Nascentes. – Geovane – Representante Nascentes – Isso é uma ideia tanto da
1387 alta cúpula de empresa como nós na parte de melhoramento dessa gestão. Apresentação
1388 do projeto de revitalização das áreas do km 64 chamado de Três Pontos. A parte
1389 Santinha, no km 105 e o mirante da Bica D'água. Nós fizemos lá a revitalização das
1390 áreas. O antes e depois para apresentar para os senhores. Isso é a Três Pontes em
1391 Juatuba. Três Pontes em Juatuba. Também em Juatuba. Nós fizemos todo o canteiro.
1392 Implantação de bancos, ou seja, seria uma parte mesmo paisagística muito bem aceita
1393 pela população. Nós temos também a parte da área da Santinha perto ao posto policial
1394 aqui. Nós revitalizamos. Colocamos banco. Uma parte de acesso aos usuários. Foi bem
1395 aceito também. Até nós tivemos elogios da parte dos usuários. A parte do mirante da
1396 Bica D'água que é um dos pontos paisagísticos mais lindos da nossa região. Nós
1397 fizemos toda a limpeza. Implantação de calçada, pintura, entre outros. Resultado de
1398 ações paisagísticas. Bancos. Desculpa. Apresentação dos canteiros de obras. Nós
1399 apresentamos para a SUPRAM junto com... a localização dos canteiros de obras da
1400 unidade industrial, ou seja, são as obras de intervenções ao longo da rodovia. É notório
1401 que as obras vão acontecendo ao longo dos 25 anos. Cada obra ao longo dos 25 anos,
1402 nós temos a LO, mas em cada obra específica nós temos licenciamento daquela obra.
1403 Isso é apresentado pela SUPRAM. Nós apresentamos em formato de CD todos os
1404 relatórios e eu coloquei aqui o retrográfico das obras que está no CD ao longo dos 25
1405 anos. Apresentação dos relatórios semestrais de medida mitigadora de compensação
1406 ambiental. Esse relatório. Desculpa. Nós temos três tipos de relatórios. Hoje nós temos a
1407 parte do plano de gestão ambiental. Nós temos o RADA. Nós temos agora um relatório
1408 de princípios do Equador que nós estamos apresentando para vocês. Mesmo não
1409 pedindo. Nós temos toda a parte de monitoramento ambiental ao longo da rodovia e nas
1410 obras. Esse relatório está junto com o CD. Depois quem quiser que eu abra um relatório
1411 ali para exemplificar. Apresentação de projeto de preservação das remanescentes
1412 vegetais. Desculpa. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
1413 Em relação aos relatórios, vocês apresentaram, vocês vem apresentando eles
1414 semestralmente desde a concessão da licença ou a partir de quando ele está sendo
1415 apresentado? – Geovane – Representante Nascentes – Nós apresentamos. Houve uma
1416 falha de protocolo. Em certo ponto nós apresentamos alguns para o DER alguns para o
1417 SETOP. Houve falha nessa parte de gestão. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1418 Representante Ministério Público – Pedir para a SUPRAM fazer o levantamento de
1419 quantos relatórios tem e de qual prazo que foi cumprido nesses relatórios. Isso já está
1420 incluído. Que tipo de análise de passivo que ficou ali constando e vocês estão fazendo
1421 esses relatórios? – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos na parte de
1422 recuperação dos passivos ambientais previstos em relatórios. Nós temos a parte de
1423 limpeza de cerca a cerca ao longo da rodovia. A parte de desobstrução dos bueiros ao
1424 longo da rodovia. A parte de manutenção das APP's. A parte também da passagem de
1425 animais que nós vamos estar mostrando nas fotos. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1426 Representante Ministério Público – Em relação a esses relatórios de passivos que vocês
1427 apresentaram. É o passivo causado naquele semestre ou já incluem as medidas de
1428 remediação dos impactos preexistentes na área da concessão. – Geovane –
1429 Representante Nascentes – Os dois. Seriam já previstos no edital de concessão os



1430 trechos que achava que a parte de erosão, voçoroca entre outros e a parte, por exemplo,
1431 de surgimento de novas erosões entre outros. Nós fizemos todo o tratamento e temos
1432 como comprovar. Essa apresentação do projeto de. Só voltando aqui. Preservação de
1433 remanescentes e vegetais nativos existentes na faixa de domínio. Nós temos um
1434 relatório que chama Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação
1435 Emergencial. É catalogada toda a parte do bioma ao longo da rodovia. Foi apresentado
1436 também a SUPRAM. Depois se vocês quiserem que eu abro o relatório e apresento para
1437 os senhores. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Eu
1438 como leigo vou pedir o esclarecimento de vocês. Geralmente, eu conheço mais o
1439 empreendimento minerário, para falar que não tenho conhecimento técnico de rodovia,
1440 mas geralmente esses planos de ações emergenciais e de gerenciamento de risco estão
1441 relacionados a ocorrência de eventuais incidentes ou de riscos usuais do
1442 empreendimento. Neles já tem ações proativas para preservação de remanescentes
1443 vegetais que era eu acho o objetivo dessa condicionante. Deixando bem claro. Eu
1444 entendo. É importantíssimo o que vocês façam esse gerenciamento de riscos, o controle
1445 dos impactos. Perdão. Gerenciamento de riscos e qual que é o outro relatório? – Não
1446 identificou – Gerenciamento de risco e. – Não identificou – Ações emergenciais.
1447 Exatamente. Normalmente, esse tipo de relatório eu vou dizer do meu conhecimento da
1448 área minerária. Não sei se aplica para vocês. Geralmente ele não indica ações de
1449 preservação ou de remanescentes como é o objetivo dessa condicionante. Queria saber
1450 se nesses relatórios contém, se vocês fizeram a identificação de remanescentes, se vocês
1451 tem algum programa permanente de conservação de manutenção desses remanescentes
1452 que eu acho que era o objetivo dessa condicionante. – Geovane – Representante
1453 Nascentes – Nós temos esse levantamento sim, Dr. Mauro no relatório. Nós temos 3
1454 tipos de ações. Ação corretiva, preventiva e preditiva. Nós temos a parte de ações
1455 emergenciais junto com o plano de cargas perigosas e no caso de manter algumas áreas
1456 que nós achamos ideais. Por exemplo, no caso como que chama aquela serra de
1457 campanha de queimada que teve? Serra da Canastra. Não, a Mata do Alvim. Nós temos
1458 uma campanha diretamente ao longo do trecho. Isso previsto no relatório, Dr. – Camilo
1459 de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Eu também não estou
1460 entendendo. Você apresentaram esse projeto. A FEAM já tem ele aqui em mãos? –
1461 Geovane – Representante Nascentes – Nós apresentamos esse relatório que chama PAE-
1462 PGE que é a parte de ação emergencial. Nós apresentamos. Está em análise junto a
1463 SUPRAM. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Mas a
1464 dúvida do Camilo é a mesma que a minha. Pelo meu parco conhecimento técnico plano
1465 de ação emergencial é uma coisa. É isso, prevenção de queimada, prevenção de
1466 acidentes, como é que vocês vão agir se um caminhão com carga perigosa tomba. Isso é
1467 plano de ação emergencial. Outra coisa é você identificar quais são os remanescentes
1468 de vegetação em todo o trecho e ter um programa contínuo de manutenção desses
1469 remanescentes. É isso que tanto eu quanto o Camilo queremos saber se está incluído
1470 isso. – Não identificou – A minha dúvida aqui, vou adiantar um pouquinho. Por
1471 exemplo, nesse licenciamento que vocês fizeram de alargamento da rodovia indo para
1472 Itaúna, quando chegou nos cursos d'água vocês informaram que não tinha mata
1473 remanescente. Esses trechos tinham que ter sido apresentados era ali. (Muitas pessoas
1474 falam ao mesmo tempo) nós vamos fazer isso, fazer isso. Fica do jeito que você está
1475 apresentando, fica parecendo que você está querendo mostrar o que vocês fizeram e não
1476 está querendo mostrar o que vocês não fizeram. O que eu estou em dúvida é só isso. –
1477 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Eu vou até mais



1478 longe. Além disso da questão da intervenção propriamente dita que vem aqui para nós
1479 como APEF, por exemplo, você vai instalar um canteiro de obras próximo ao
1480 remanescente de Mata Atlântica. Quais ações que vocês vão empreender para que esse
1481 canteiro de obras ou o trânsito de veículos ou as ações contínuas de vocês não
1482 prejudiquem esse remanescente de vegetação? Eu acho que era esse o objetivo da
1483 condicionante e muitas vezes isso não está incluído num plano de ação emergencial. –
1484 Geovane – Representante Nascentes – Em cada projeto apresentado de qualquer
1485 intervenção é apresentado um plano, uma medida mitigadora a essa intervenção. –
1486 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – O que é apresentado
1487 em relação a intervenção propriamente dita. Nós vamos fazer a supressão de 30 espécies
1488 arbóreas que nós vamos compensar noutra lugar. Perfeito. Isso é a mitigação ou
1489 autorização para fazer o desmate. Agora, o programa é de prevenção e manutenção de
1490 vegetação nativa que é aquela vegetação que vocês não vão desmatar. Eu quero saber.
1491 Tem ações para garantir ou para o que vocês fazem para preservar aqueles
1492 remanescentes que vocês não vão desmatar? Não estou falando de compensação, não
1493 estou falando de estudo para desmate. – Geovane – Representante Nascentes – Nós
1494 temos os relatórios. Todo esse argumento. Talvez foi falha de eu não ter passado para os
1495 senhores, mas está tudo descrito. Eu solicito a todos vocês de estarem dando uma lida
1496 sobre. Caso algum questionamento pode nos questionar. Aqui está tudo catalogado.
1497 Todo nosso seguimento. Toda a parte que nós achamos que é interessante. A parte de
1498 cronograma de revitalização ao longo do trecho. Tanto do bioma quanto da fauna. –
1499 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Você desculpa a
1500 insistência. Não é porque ninguém aqui está querendo apertar vocês ou ficar colocando
1501 vocês contra a parede, mas são dúvidas que eu realmente tenho quanto ao cumprimento
1502 dessas condicionantes. A SUPRAM depois vai esclarecer para nós. Com certeza eles
1503 vão analisar cada um desses documentos de vocês para depois dar um retorno para nós.
1504 Realmente nós estamos em dúvida e eu queria aproveitar essa apresentação para
1505 esclarecer essas dúvidas. – Não identificou – Até ressaltar. Nós somos a segunda
1506 concessionária do Brasil a estar fazendo esse levantamento, Dr. Mauro. Foi um
1507 levantamento bem caro. Nosso intuito é de estar junto ao SOS de estar implementando
1508 todas essas ações. Aqui está o relatório e aqui tem toda a parte do bioma, toda a parte de
1509 onde nós. Foram catalogadas as áreas. Tudo ao longo de toda a rodovia. Cidade. Qual é
1510 o trecho. Qual é a área de Mata Atlântica. – Não identificou – Mais do que catalogar. Eu
1511 acho que a preocupação nossa é o que a Nascentes está fazendo para conservar essa área
1512 catalogada. Eu acho que é bem essa preocupação. Devem ser várias ações. A SUPRAM
1513 depois deve dar um retorno para nós. Se vocês tem essa previsão e o que efetivamente
1514 está sendo feito. – Paula – SUPRAM ASF – Só para complementar que nós vamos
1515 analisar o documento. O documento foi apresentado agora na revalidação do
1516 licenciamento. Como foi falado, ele tinha um prazo de 6 meses para ser cumprida essa
1517 condicionante. Nós precisamos ver o que foi feito para trás também. Se foi feita alguma
1518 ação fora desse programa é importante a empresa apresentar também. Nós vamos
1519 avaliar o documento apresentado, o Dr. Mauro e demais conselheiros para avaliar o
1520 conteúdo desse relatório se atende ao que a condicionante está solicitando. – Geovane –
1521 Representante Nascentes – Ok. Apresentação pelo DER nessa outra condicionante dos
1522 empreendimentos até população de 20 mil habitantes com seus planos de gerenciamento
1523 de resíduos sólidos. Nós fizemos o levantamento junto a todas as Prefeituras ao longo
1524 da rodovia até 20 mil habitantes. Acima? Pode passar? Junto com o Instituto Brasileiro
1525 de Estatística foi catalogada a parte de quantidade de habitantes de cada município. Nós



1526 verificamos os municípios alvos dessa parte ao longo do seguimento. Nós chegamos a
1527 essa planilha de adequação. O que tinha lixão. O que tinha aterro. Hoje, fruto dessa
1528 apresentação junto ao DER esse andamento já está com esse cartaz. Os senhores podem
1529 ver que é a Minas sem Lixões. Esse programa está contemplado junto a esse projeto.
1530 Qualquer coisa nós temos a tratativa direta com as Prefeituras e junto com as Secretarias
1531 de Meio Ambiente de cada Prefeitura. Um exemplo aqui no caso de Mateus Leme agora
1532 foi solicitado o fornecimento de 30 mil sacolas recicláveis para estar doando para a
1533 população com o intuito de educação ambiental. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1534 Representante Ministério Público - A condicionante aqui era de apresentação pelo
1535 DER. Não sei como é que vocês estão fazendo com a questão de quem está cumprindo o
1536 quê nisso aí. A condição não é só identificação, é proposta de ações que possibilitem
1537 que esses municípios possam desenvolver seus planos de gerenciamento. Acho que a
1538 ideia era que ou o DER ou a Nascentes tivessem ações proativas para a regularização
1539 desses municípios. Nenhuma dessas ações é programa do DER ou da Nascentes. Alguns
1540 deles são programas do Estado. Nenhum deles. Eu sei porque eu lido com isso
1541 diariamente. Nenhuma dessas é efetiva aqui na região. Aqui não existe um consórcio de
1542 saneamento entre os municípios efetivamente concretizado. Tem o protocolo de
1543 intenções realizado sabe-se lá para quando. Gestão associada aqui não existe em
1544 nenhum dos municípios daqui da região do Alto São Francisco. O projeto Minas sem
1545 Lixão já era uma alternativa preexistente a esse licenciamento da Nascentes. Já era um
1546 programa de Estado. É um programa do Estado de Minas Gerais. Eu queria ver quais
1547 foram essas oficinas de educação ambiental desenvolvidas e esses cursos e palestras
1548 junto as Prefeituras. Para vocês darem atenção ao que vocês efetivamente fizeram.
1549 Quais foram os cursos? Quais foram as oficinas? O que de concreto vocês fizeram para
1550 a gestão desses municípios? Porque eu vou ser bem sincero, nós negociamos isso
1551 diariamente com todas as Prefeituras. Eu conheço todas as Prefeituras aqui da região.
1552 Nunca nenhum me falou que teve contrapartida da Nascentes. Nenhum Prefeito falou
1553 isso comigo. Olha a Nascentes nos ajudou a desenvolver esse projeto. Nós temos essa
1554 parceria com a Nascentes para fazer uma coleta seletiva. Nenhum município que nós
1555 negociamos aqui na região mencionou esse fato. Eu não vejo essa condicionante
1556 cumprida da maneira como está exposta aí. – Geovane – Representante Nascentes –
1557 Talvez essa condicionante ficou muito ampla. Não acho que foi tão específica. Apoiar
1558 em que? Concorda? Talvez, não sei. – Paula – SUPRAM ASF – Geovane, é uma
1559 condicionante de difícil execução. Eu concordo. Não existe uma ação direta em que a
1560 empresa possa estar fazendo. Só que ao mesmo tempo não existe nenhuma solicitação
1561 dentro do processo de revisão da condicionante. Eu sei que você está chegando agora.
1562 Talvez nós estamos cobrando uma coisa de você que não é culpa dessa gestão. Enfim, a
1563 SUPRAM não pode fazer essa análise de gestão. A época deveria ter sido feita a revisão
1564 da condicionante, da solicitação de esclarecimento dessa condicionante. Deveria ter
1565 voltado ao conselho novamente para que não chegue nesse momento da revalidação e
1566 nós demos a condicionante como não cumprida. Não estou falando que ela não está
1567 cumprida. Estou só exemplificando. Nós não temos o que fazer. Eu chamo a atenção
1568 para as próximas também. Vocês vão ter mais condicionantes. Se realmente for uma
1569 condicionante que é impossível que a empresa cumpra, que ela discuta isso e argumente
1570 no momento da votação, que argumente com a SUPRAM para que depois ela não tenha
1571 obrigações inexequíveis igual é o caso dessa condicionante que é bem difícil mesmo. –
1572 Não identificou – Paula, só um esclarecimento aqui. As outras firmas nós também
1573 cobramos isso. Vocês fazem multas. Até agora ele não cumpriu nenhuma. Vai encher o



1574 cara? Ele já está ferrado com essas multas dele. – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1575 Representante Ministério Público – Concordo com a Paula plenamente. De novo nós
1576 vamos naquele problema de gestão. Vocês me desculpam. Não é nada pessoal com
1577 nenhum de vocês. Nós sabemos do esforço que vocês estão fazendo, mas é um erro
1578 grave ter passado 4 anos de licença sem vocês questionarem isso e agora não ter o que
1579 apresentar. Eu vou propor que vocês sejam bem honestos em relação a isso. O que ele
1580 fala aqui é de ações que possibilitem os municípios. Ficou genérico? Então, mostrem as
1581 ações que vocês efetivamente desenvolveram ou até implementem que vocês ainda
1582 estão em prazo de vigência dessa condicionante. Procurem as Prefeituras. Proponham
1583 medidas concretas para ajudar eles na gestão do lixo, porque da maneira que está
1584 exposto aí eu entendo que foi descumprida. Nenhuma das iniciativas que vocês
1585 apontaram são iniciativas da Nascentes. – Marcos Veloso – Representante CREA –
1586 Geovane, essa questão dessa sua apresentação o programa diz que é cumprimento de
1587 condicionantes. O cumprimento de condicionante tem prazo, tem alguma coisa. Você
1588 tem dito alguma coisa, por exemplo, vamos supor um exemplo. Nós não sabemos se é
1589 sol ou se é já. Você diz, por exemplo, 36 pontes que tinham que fazer alargamento? Foi
1590 o que você disse ou eu ouvi mal? – Não identificou – Nós temos ao longo da rodovia 36
1591 pontes. – Não identificou – Você disse que já foram feitas outras. – Não identificou –
1592 Foram 8. – Não identificou – Eu não sei se já foram ou se só foram feitas 8 que deviam
1593 ter. A condicionante eu tenho a obrigação contratual de executar tanto. Preciso das
1594 autorizações aqui do COPAM para executar. O prazo é tanto. Eu executei tanto. Nós
1595 temos uma ideia da apresentação. A apresentação está muito interessante, mas essas
1596 dúvidas nas coisas que você fizeram bem feitas e tudo, mas está no ar aqui para nós.
1597 Para análise que nós possamos fazer para um futuro licenciamento. Está de acordo com
1598 vocês até ajudar vocês em caso de alguma necessidade. – Paula – SUPRAM ASF –
1599 Marcos, só antes do Geovane responder eu queria ressaltar que nós temos essa previsão
1600 das obras, do que será feito no período do licenciamento. O cronograma que eles têm é
1601 o cronograma da concessão. Nós temos obras para 25 anos. Nós vamos nos restringir
1602 àquilo que foi aprovado dentro do prazo de validade desses 4 anos. Nós temos esse
1603 controle dentro do processo de licenciamento sobre o que é que deveria ter sido feito
1604 nesses 4 anos e o que é a previsão a longo prazo. – Não identificou – Do ponto de vista
1605 do nosso entendimento para análise para uma futura concessão, Paula, o que me
1606 preocupa é o seguinte. Se é análise de condicionante é preciso dizer que isso faz parte
1607 da condicionante tal, tem até tanto de prazo para fazer. O que nós fizemos está dentro do
1608 prazo, não está. Para nós termos uma certa compreensão melhor do que está sendo
1609 exposto. – Geovane – Representante Nascentes – Foram apresentados os cronogramas
1610 de investimento de obras e no caso, talvez a condicionante pensa que tem que fazer a
1611 parte da implantação das barreiras todas agora. Das 36. Não é. Nós temos um
1612 cronograma ao longo dos 25 anos. Hoje nós estamos no 5º ano. Já foram recuperados 8.
1613 Isso que eu estou te falando. Ao longo dessa vigência do contrato serão recuperadas as
1614 demais. – Não identificou – Só um instante. Eu não conheço o contrato. Eu não sei, por
1615 exemplo, em qual prazo que vocês têm. Se são 25 anos para executar todas ou se tem
1616 um determinado prazo. É isso que falo. Nós não temos parâmetros para poder concordar
1617 para ver se aquilo está dentro do que está sendo exigido ou se está atrasado. Por
1618 exemplo, essa duplicação perto de Juatuba. Isso ficou uma coisa parada um tempão. O
1619 pessoal passando lá por alguns acessos até perigosos. Tinha muitos acidentes lá com
1620 respeito a isso. Parece que ficou mais de um ano para proceder isso. Está dentro do
1621 prazo, não está? Nós não temos um parâmetro aqui para poder entender bem do ponto



1622 de vista que nós queremos. – Geovane – Representante Nascentes – Entendo a
1623 ponderação do senhor. Todo esse cronograma foi apresentado a SUPRAM. Caso o
1624 senhor queira ter conhecimento nós poderemos passar. É conhecimento público. Sem
1625 problema. – Não identificou – É o conselheiro do Ministério Público solicitou uma
1626 análise da SUPRAM para que nós pudéssemos entender isso melhor. Fica então essa
1627 apresentação e nós temos uma análise dessa para nós vermos se está dentro do
1628 cronograma, se está de acordo com o contrato e tudo mais. Nós não conhecemos. Eu
1629 não conheço o contrato de vocês. – Geovane – Representante Nascentes – Nós estamos a
1630 disposição de fornecer as informações. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG –
1631 Geovane, eu entendi aqui que o relatório de cumprimento de condicionantes seria um
1632 negócio muito objetivo. Condicionante tal. Cumprida ou não cumprida. Não cumprida
1633 em função disso, disso, disso ou aquilo. Ou cumprida parcialmente. Você está
1634 apresentando um relatório bonito. Está até agradável de ver. Aquelas terceiras faixas
1635 sem acostamento. Está bonito de ver aquilo. Achei bacana. Tem a faixa, mas não tem o
1636 acostamento. Achei lindo, mas eu queria que a coisa fosse mais objetiva. Condicionante
1637 tal, cumprida ou não cumprida. Não cumprida por isso, isso, isso. Obviamente tem que
1638 coisas que você pode não ter cumprido no prazo por algum problema técnico, problema
1639 operacional. Deixaria a SUPRAM, sugeriria a SUPRAM que nós remodelasse essa
1640 apresentação para ser um negócio mais objetivo. – Geovane – Representante Nascentes
1641 – Nós temos 218 slides. Essa planilha está no final dos slides. – Paula – SUPRAM ASF
1642 – Interrompeu o representante da Nascentes das Gerais. *“Infelizmente nós estamos com
1643 o tempo muito curto, os senhores conselheiros também. Nós temos duas opções, ou nós
1644 deixamos o tema da COPASA para ser discutido na reunião que vem e finaliza a
1645 discussão da Nascentes ou eu vou ter que dar um prazo para o Geovane encerrar e os
1646 questionamentos e as dúvidas nós encaminhamos via e-mail para eles depois. Eu
1647 gostaria de ouvi-los primeiro.”* – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1648 Ministério Público – Propôs: *“Sugeriria que passe o da COPASA para outro dia. Nós já
1649 estamos no meio da apresentação da Nascentes, eu quero terminar de ver as
1650 condicionantes dela. Eu acho que postergar esse. Fazer esse e da COPASA, desculpe o
1651 termo, mas meia boca fazendo os dois eu prefiro fazer esse direitinho até o fim e depois
1652 nós vemos o da COPASA na próxima reunião, mas vai dos outros conselheiros.”* –
1653 Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Concordou com o conselheiro Mauro.
1654 *“Acho que nós temos que aprofundar aqui. Só que eu gostaria que nós fossemos então
1655 para, minha sugestão que fosse para esse slide que você tem dos cumprimentos das
1656 condicionantes e depois nós íamos vendo os outros slides das obras de arte feitas, das
1657 adequações feitas na rodovia. Vamos ser mais objetivos.”* – Não identificou –
1658 Concordou também e perguntou: *“A apresentação da COPASA está igual a dele ou está
1659 separado? Porque se for igual a deles a COPASA ao fazer a apresentação na próxima
1660 reunião já fosse objetiva. As condicionantes nossas são essa, essa, essa. Foram
1661 cumpridas essas, essa, essa. Pronto. É isso que nós queremos.”* - Ana Carolina de Brito
1662 Machado - SEMAD – Esclareceu: *“Vamos prosseguir então nessa apresentação e na
1663 discussão e fica sobrestado o item da COPASA, porque eles já estão prejudicados com
1664 relação tempo e não vai ter tempo de discutir da mesma forma que foi feito essa. Então,
1665 pode prosseguir e sobrestamos o processo da e fica para a próxima reunião.”* – Mauro
1666 da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou: *“Já fica a
1667 solicitação e acho que todos os conselheiros, que vocês tragam na próxima reunião
1668 condicionante por condicionante cumprida, não cumprida, cumprida parcialmente e o
1669 que nós fizemos. Não adianta trazer seco, cumprimos. Nós queremos saber o que vocês*



1670 *fizeram para cumprir.” - Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – Esclareceu e*
1671 *solicitou registrar: “Estamos sobrestando a apresentação da COPASA para a próxima*
1672 *reunião para dar seguimento nessa.” Retornou com a apresentação. – Geovane –*
1673 *Representante Nascentes – Só gostaria de ressaltar que essas são condicionantes dos 4*
1674 *anos. Gostaria que os senhores entendessem que é muita coisa e eu não gostaria de*
1675 *passar uma coisa. Eu fiz mais técnico. Vocês vão ver os prazos para frente. Eu fiz uma*
1676 *apresentação no caso de argumentação mesmo. – Não identificou – Geovane, está*
1677 *correto o que você está fazendo. Está perfeito. O problema é o enfoque. Vocês precisam*
1678 *dar o enfoque de acordo com o que nós precisamos para a nossa análise. É a*
1679 *condicionante feita ou não. Porque não foi feita. Mostrar o que vocês fizeram. –*
1680 *Geovane – Representante Nascentes – Vocês vão ver mais para frente a apresentação.*
1681 *A apresentação dessa condicionante propõe a todos os presentes. Nós poderemos estar*
1682 *elaborando um plano junto as Prefeituras também no caso de cumprimento mais*
1683 *fidedigno a essa condicionante e apresentar para os senhores também. Certo? Nós já*
1684 *temos as campanhas previstas para os próximos anos. – Camilo de Lélis André Melo –*
1685 *Representante FEDERAMINAS – Deixa eu te falar. Você acabou de passar a*
1686 *condicionante 7. Ela foi cumprida ou ela não foi cumprida? – Geovane – Representante*
1687 *Nascentes – Igual foi discutido. Ela estava muito abrangente. – Não identificou – Então*
1688 *não foi cumprida. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
1689 *Camilo, eu acho que essa análise de cumprida ou não cumprida quem tem que fazer é a*
1690 *SUPRAM e nós. Eles vão apresentar obviamente que vai dizer que está tudo cumprida*
1691 *ou que está cumprida parcialmente. Eu acho interessante eles apresentarem o que eles*
1692 *fizeram. Eles vão achar que está cumprida, agora cabe a nós avaliarmos se efetivamente*
1693 *está. – Geovane – Representante Nascentes – Dr. Camilo, nós estamos apresentando*
1694 *todas as campanhas fidedignas. Nós não estamos inventando nada. Peço a SUPRAM*
1695 *para no caso da avaliação, caso não seja cumprido a Nascentes das Gerais está a*
1696 *disposição para o cumprimento ou adequação de todas as condicionantes. No caso dessa*
1697 *condicionante a empresa tem que apresentar todos os documentos para o*
1698 *empreendimento. Vão ser apresentados pelas APEF`s. Isso foi protocolado junto a*
1699 *SUPRAM. A LO também é o relatório que é a mesma coisa. A LO as condicionantes da*
1700 *LO tem muita repetição da LI. As que já foram apresentadas vou passar para frente.*
1701 *Hoje, um do grande percalço das Nascentes é a parte de recuperação de áreas de*
1702 *preservação permanente. Nós estamos fazendo um convênio com SOS Rio São*
1703 *Francisco, onde nós estamos querendo chegar a um montante de recuperação de*
1704 *aproximadamente por hectares de 80 hectares. Aproximadamente 270 mil mudas. Isso*
1705 *se for transformar tudo em mudas nós estamos num montante de 400 mil mudas por*
1706 *plantio. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Estou*
1707 *ressaltando os pontos negativos, tem também os positivos. A empresa está com uma*
1708 *grande área de fazer assim em APP é das APEF`s que nós julgamos todos os meses,*
1709 *toda vez e eles estavam com dificuldade com a área. Eles estão firmando agora, nós*
1710 *devemos estar assinando um convênio mês que vem com o projeto SOS São Francisco*
1711 *que é de recuperações exatamente da calha do São Francisco e que já tem identificado*
1712 *como recurso público as APP`s mais degradadas desse rio que talvez seja o rio mais*
1713 *importante do Brasil. A ideia é direcionar essa recuperação efetivamente para aquela*
1714 *área de APP. Já que eles tinham que recuperar a APP. Nós fazermos um direcionamento*
1715 *dentro do projeto maior e também permite o duplo controle. Vai ser o controle da*
1716 *SUPRAM e o controle do próprio projeto para dar garantia de execução dele. Isso nós*
1717 *temos que ressaltar que é uma iniciativa positiva das Nascentes. – Geovane –*



1718 Representante Nascentes – Agradeço o andamento dessa parte de convênio. Eu acho
1719 que vai dar tudo certo. Essa aqui é a condicionante. A parte de programa de ação de
1720 controles de acidentes de controle de cargas perigosas. Nós fizemos um cronograma do
1721 plano de risco e do plano emergencial ao longo dos anos. Ao ano são feitas duas
1722 campanhas de controle de cargas perigosas. Aqui nós colocamos algumas fotos. Tem
1723 um vídeo também. Não vai ter tempo e eu disponibilizo para os senhores. Aqui é a
1724 campanha junto ao Corpo de Bombeiros, a parte da Polícia e todos os envolvidos. Nós
1725 interditamos a pista, fazemos uma campanha com a simulação de um acidente de carga
1726 perigosa e esse é um dos cumprimentos. Esse é a mesma coisa. A parte de revitalização
1727 das áreas. Nós revitalizamos a mesma coisa. Apresentar o cronograma. Esse que é o
1728 cronograma que eu mencionei para o senhor. Não sei o nome do representante do
1729 CREA. Esse é o cronograma. Se o senhor quiser, depois nós estamos a disposição. Essa
1730 aqui também é do lixão. Mesma coisa. O processo de drenagem. Nós temos um projeto
1731 que a parte de controle de erosão, voçoroca e carreamento que está nesse plano. No
1732 RADA. Nós temos toda a parte ao longo dos 25 anos e ações emergenciais no ano
1733 seguinte. Nós temos a campanha, por exemplo, a 2013 nós já temos a campanha. Isso
1734 está dentro dos adendos. Agora as condicionantes dos adendos que é mais um. Muitas
1735 condicionantes. A parte de supressão e a parte de compensação ambiental e florestal
1736 tudo está ligado ao projeto SOS Rio São Francisco. Ressalto que nós encontramos
1737 diversos percalços da parceria em conjunto com os órgãos ambientais, Prefeituras no
1738 caso de liberação de área. Hoje eu acho, eu coloco como esse assunto já resolvido para
1739 nós estarmos iniciando o plantio o quanto antes. Aqui fala sobre a parte de
1740 condicionantes da outorga. Nós temos a outorga aqui logo abaixo. Nós temos a parte da
1741 outorga que foi execução de obras de via devidamente sinalizado. Nós temos fotos de
1742 sinalização de obras, de contenções de cargas perigosas. Isso está tudo no plano. Eu
1743 posso abrir para os senhores, porém o tempo está escasso. A parte de revitalização
1744 também. A parte das condicionantes de proteção das barreiras tipo New Jersey que eu
1745 falo para vocês. Ao longo da implantação do alargamento da ponte automaticamente é
1746 feita essas barreiras do tipo New Jersey. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1747 Ministério Público – Em relação a esse cercamento, as outorgas e aos PTRF's.
1748 Praticamente todo o adendo vem com essa obrigação de cercamento, de outorga, de
1749 capina e de PTRF quando tem impacto direto. Você apresentaram referente a todos
1750 esses adendos? Um por um? – Geovane – Representante Nascentes – Nós não
1751 apresentamos. No caso que é a parte, por exemplo, nas conservações em APP estão
1752 amarradas junto ao projeto. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1753 Público – Não, não. Não estou falando o da compensação de supressão de indivíduos
1754 arbóreos. Estou falando do cercamento do trecho que é condicionado em todas. Tem
1755 uma condicionante padrão aqui: promover o cercamento da faixa de domínio do trecho
1756 de intervenção deste adendo. Prazo 90 dias. Todo adendo foi aprovado com essa
1757 condicionante. Vocês comprovaram aqui para o órgão ambiental que dentro de 90 dias
1758 esses cercamento e as faixas de domínio? Eu pergunto porque nós, que transitamos
1759 todos os dias, sabemos que não está cercado. Não está completamente cercado essas
1760 áreas desses adendos. Eu queria saber. Vocês apresentaram conforme o adendo a
1761 adendo comprovação de cercamento, dessa capina, dessa outorga d'água? Você tem
1762 levantamento do que vocês apresentaram até hoje? – Geovane – Representante
1763 Nascentes – Nós temos todas as apresentações. Desculpe, não fui entendido. Antes de
1764 começar a obra para todos os senhores saberem. A primeira parte da obra é o
1765 cercamento de toda essa área lindeira. Nós falamos da faixa de domínio e também a



1766 parte de preocupação de todos os cursos d'água. Isso é comprobatório em fotos. A parte
1767 de projetos também e também em campo. No dia da vistoria nós poderemos averiguar
1768 isso. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Eu estou
1769 perguntando porque em todos esses vocês pontualmente em cada adendo você teriam
1770 que estar apresentando aqui a SUPRAM. Eu não estou falando que vocês não
1771 apresentaram. Talvez tenham apresentado. Era até isso que eu queria saber. Se cada um
1772 desses adendos conforme vão saindo esses adendos praticamente todo mês vocês vem
1773 apresentando comprovação de cercamento de todo trecho em cada um desses adendos?
1774 – Geovane – Representante Nascentes – Todos os trechos em obra nós apresentamos. O
1775 que acontece, Promotor. Por exemplo, obras que são atrasadas. Nós não fizemos
1776 cercamento antes da obra. Por exemplo, o caso de Divinópolis. Nós já temos a liberação
1777 de Divinópolis, mas nós não temos o aval para começar a obra. Nesse caso não é feito o
1778 cercamento. 30 dias antes do início da obra é feita a delimitação da faixa de domínio e
1779 esse cercamento. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
1780 De novo nós caímos naquela questão da gestão. 90 dias vocês não iniciaram a obra
1781 vocês tinham que ter vindo aqui e pedir prorrogação desses prazos em todos esses
1782 adendos. Volto a bater na questão da gestão. Isso depois, mais para frente quando for
1783 analisar uma revalidação de LO de um todo vai dar que vários trechos vocês não
1784 cercaram. Tem uma justificativa solta, o conselho não deliberou sobre isso e vai gerar
1785 consequências. Isso que eu estou falando. Vocês tem que fazer essa gestão de cada uma
1786 dessas condicionantes. Eu acho que esse é o motivo dessa nossa preocupação aqui hoje.
1787 Vai saindo condicionante a rodo e eu estou vendo que vocês não estão fazendo uma
1788 gestão passo a passo de todas essas condicionantes que estão saindo. – Geovane –
1789 Representante Nascentes – Nós temos todos os PTRF's apresentados. Eu sei dessa
1790 falha. No caso nós poderíamos estar falando que não vai iniciar a obra agora, porém vai
1791 ser postergado 6 meses. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1792 Público – Geovane, não é que vocês poderiam, vocês deveriam. Está dando como
1793 descumprido da maneira como está sendo feita. – Geovane – Representante Nascentes –
1794 Faço compromisso junto a todos aqui que a nova gestão vai estar. Vocês vão ver que vai
1795 estar evoluindo essa parte ambiental. Isso também é a parte de captação de
1796 identificação. Foi apresentado junto a SUPRAM. Isso é um levantamento de recurso
1797 hídrico junto às outorgas apresentado em todos os processos. Supressão também SOS
1798 Rio São Francisco. Supressão também SOS Rio São Francisco. Aqui que fala, doutor, a
1799 parte de promover o cercamento da faixa de domínio do trecho. Nós temos. – Não
1800 identificou – Exatamente isso que eu ia falar. Esse cercamento não é de APP é
1801 cercamento de trecho de área de domínio. Isso não tem nada a ver com SOS. Vocês tem
1802 que fazer pontualmente. – Não identificou – Dr. Mauro, só um esclarecimento aqui.
1803 Estou vendo um punhado ali de projetos SOS Rio São Francisco. Quer dizer que até
1804 então eles não tinham feito nada? – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1805 Ministério Público – Quer dizer que ele não tinha feito até hoje. Ele tem a justificativa
1806 de não ter encontrado área, mas de novo, por questão de gestão. Isso tinha que ter batido
1807 aqui no conselho para prorrogar prazo. – Não identificou – Ainda bem que apareceu a
1808 SOS São Francisco. Se não tivesse aparecido, heim? – Geovane – Representante
1809 Nascentes – Ainda tem os projetos. Tem dois tipos de cercamentos. O tipo de
1810 cercamento de APP e parte de cercamento da obra da faixa lindeira junto ao... – Mauro
1811 da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Desculpe. Essa aqui não tem
1812 a ver com SOS. Uma coisa é são as compensações de desmate, compensação de
1813 intervenção de APP. Isso é o que tem com o SOS. Os que são recuperação in loco é



1814 recuperação in loco. Esse aqui, por exemplo. No local da intervenção. Nesse aqui vocês
1815 teriam que estar fazendo lá. Não está entrando naquele corpo da compensação. Eu acho
1816 que teve um erro na hora de colocar aqui dentro dessa exposição. São diferentes. Uma
1817 coisa é a compensação aquela da 369. Desmatou tantos hectares de APP para passar a
1818 estrada vocês vão compensar em outro local. Perfeito. Suprimiu indivíduo arbóreo,
1819 vocês vão compensar esses indivíduos arbóreos na APP do São Francisco. Perfeito.
1820 Agora essa daí eu tenho que ver qual que é essa outorga específica, mas essa como está
1821 falando no local da intervenção, provavelmente é o local onde vocês não vão passar a
1822 rodovia ou então a APP vai ser impactada indiretamente. Essa não é compensação, essa
1823 é recuperação in loco mesmo. Vocês tem que avaliar que são duas naturezas jurídicas
1824 diferentes. O que está indo para o SOS tudo o que é compensação de vocês. Quer dizer,
1825 é um impacto inevitável, é um impacto de interesse público, então, nós vamos
1826 compensar em outro lugar. Outra, aquela de impacto indireto irreparável que nós vamos
1827 reparar. Eu acho que vocês até devem estar fazendo isso de uma maneira melhor, mas
1828 na tabela está errado. – Geovane – Representante Nascentes – Nós podemos averiguar
1829 cada projeto e também na vistoria nós vamos mostrar os cursos d'água junto da APP e a
1830 parte de preservação. Por isso que é muito complexo os 4 anos. Eu acho que deveria ser
1831 in loco. Nós vimos no que nós estamos falhos e o que nós podemos estar melhorando. O
1832 que foi atendido também. Está parecendo que nós não atendemos nada e não é. Nós
1833 atendemos muitas condicionantes. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1834 Ministério Público – Eu acho que é isso que é o anseio de todo mundo. Acho que nós
1835 queremos ver justamente equalizar o que está cumprido, o que não está. São 4 anos.
1836 Vocês tiveram essa gestão inadequada. Infelizmente a questão de estar sendo analisado
1837 tudo agora é porque não foi analisado passo a passo como deveria ter sido feito.
1838 Infelizmente a situação é essa hoje. Vai ter esforço da SUPRAM, vai ter o esforço do
1839 conselho e o esforço de vocês para tentar averiguar tudo. – Geovane – Representante
1840 Nascentes – Nós contamos com a colaboração de todos também. Estamos à disposição
1841 para estar cumprindo todos essas condicionantes não atendidas desde então. A parte de
1842 cercamento também. É muito repetitivo. Também execução. New Jersey. Mesma coisa.
1843 Ver se tem alguma coisa. A parte de manutenção preventiva ao fim de acionamento de
1844 bueiros. Nós temos fotos de desobstrução de todos os bueiros depois vamos apresentar.
1845 Foi apresentado a SUPRAM também. Até resalto aqui. Nós contratamos uma empresa
1846 especializada em desobstrução de bueiros com equipamento tecnológico nunca
1847 colocado na região. Nós temos como comprovar isso tudo. Foram desobstruídos ao
1848 longo do trecho 120 drenagens que estavam obstruídos com terra, com asfalto. Isso foi
1849 fatídico de ver as chuvas antes e depois com o curso d'água. Nós vemos que a parte de
1850 drenagem da rodovia em muitos trechos estavam ruins. Hoje ela opera com satisfação. –
1851 Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Deixa eu te falar. A
1852 questão desse bueiro, o que foi pedido na época que eu lembro bem. Inclusive, o Dirceu
1853 trouxe até foto. É que a terra da rodovia, a areia da rodovia não fosse para o curso
1854 d'água. Não fosse para o terreno lindeiro e não corresse lá de qualquer jeito. Fossem
1855 feitas as barraginhas de contenção desse material. Esse pedido foi feito lá em Luz em
1856 uma das reuniões que teve lá. Eu não vi essa condicionante em lugar nenhum. Você
1857 desentupir bueiro. É lógico que você tem que desentupir. Isso é lógico. É obrigação de
1858 vocês. Senão atrapalha o asfalto de vocês e fica caro. O que foi pedido é que a terra não
1859 chegasse até o curso d'água. Que fizessem a barragem de contenção. Isso que foi
1860 pedido. – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos fotos que comprovam esse
1861 dispositivo de dissipadores de energia com pedra rachão com ala de construção. Nós



1862 podemos mostrar tanto para os senhores. O problema é o tempo, mas tem tudo como
1863 comprovar. Talvez eu não falei. A ala, a parte de limpeza do curso d'água. Isso também,
1864 Dr., não é feito só agora não. A manutenção é feita durante todo o ano. Temos como
1865 comprovar isso. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
1866 Geovane, na hora que vocês forem fazer esse check list eu estou vendo aqui esses
1867 adendos. Sempre que ele fala em apresentar a área para compensação, apresentar a CPB
1868 proposta de medida compensatória referente à intervenção em APP. Aí sim nós estamos
1869 falando das que vão ser direcionadas para a SOS. Nas que falam em recuperação in loco
1870 é recuperação in loco. – Geovane – Representante Nascentes – Eu acho que isso nós
1871 poderíamos fazer uma análise mais profunda de cada para não ter problema também de
1872 não cumprimento. Lógico de nós, nós não queremos passar por, pular nenhuma
1873 condicionante. Nós queremos atender a todas as condicionantes. Isso não é fato nosso.
1874 Talvez possa ter uma análise mais precisa de cada condicionante propriamente dita que
1875 nós poderíamos fazer junto com a equipe da SUPRAM. Também projeto. – Não
1876 identificou – Está vendo? Volta na anterior para mim, por favor. Na anterior sim. Essas.
1877 Medida compensatória, área de compensação, essas sim. Passa para o próximo.
1878 Cercamento de faixa de domínio não tem absolutamente nada a ver com a SOS São
1879 Francisco. – Geovane – Representante Nascentes – Eu acho que houve uma falha de
1880 colocar na planilha, mas nós temos como comprovar a faixa lindeira. Cercamento de
1881 faixa de domínio. Execução de obras. Isso é a parte de sinalização. Tem fotos ali, depois
1882 vou estar mostrando para vocês. Manutenção de assoreamento também do bueiro
1883 mesma coisa. Mesma coisa. – Não identificou – Mesma coisa. Todos esses
1884 cercamentos. – Não identificou – Idem. Também. – Não identificou – Mesma coisa.
1885 Recuperar a área e identificar em vistoria como área de empréstimo. Essa não pode ser
1886 compensada. Essa é no local. Tem até a coordenada X. Essa tem que ser recomposta
1887 naquelas coordenadas. – Não identificou – Dr. Mauro, por exemplo, nessa
1888 condicionante. O prazo dela é de 90 dias. – Não identificou – Já está vencido. – Não
1889 identificou – Já venceu há muito tempo. Agora, será que eu não estou entendendo isso
1890 não? Eu acho que o gestor ambiental está escrito que tem que saber. Isso é
1891 interpretação. Seria tem que fazer isso. Fez ou não fez. Fica custoso. – Geovane –
1892 Representante Nascentes – Dr. Camilo, essa nova gestão nós estamos fazendo. Eu até já
1893 trabalhei com o senhor na Secretaria de Meio Ambiente. É fatídico que você tem o
1894 conhecimento profissional nosso e nós vamos estar contornando todas essas
1895 problemáticas apontadas. É fato que teve uma falha sim, mas nós estamos em busca
1896 com essa nova gestão. Hoje nós estamos envolvidos na parte de gestão ambiental na
1897 Nascentes 10 pessoas envolvidas. – Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD –
1898 Conselheiros, só porque nós temos realmente que encerrar a reunião. Vou te dar o prazo
1899 de 10 minutos para concluir a apresentação e as discussões. Vou pedir para que os
1900 conselheiros que tiverem qualquer consideração ou ainda alguma dúvida para que sejam
1901 remetidas para o empreendedor ou para a SUPRAM que remete ao empreendedor
1902 prestar esclarecimentos. De toda a forma depois a SUPRAM vai fazer a análise de todos
1903 os documentos apresentados, vai emitir um relatório e vai trazer para o conselho
1904 oportunamente. Então, 10 minutos. – Geovane – Representante Nascentes – Nós
1905 estamos a disposição. Nós temos até o contato bem aberto junto com a SUPRAM.
1906 Estamos à disposição de qualquer um. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1907 Ministério Público – Geovane, já que vamos passar nos casos específicos. Tem dois que
1908 eu tenho curiosidade grave aqui. Uma é em relação ao que é feito para apreensão e
1909 reabilitação de animais. Vocês teriam condicionantes certas. Eu queria ver o que foi



1910 feito para cumprimento disso daí. Para mim isso é essencial. Não tenho a intenção de
1911 sair daqui hoje sem ver isso. Qual que era a outra questão? Você pode ir respondendo
1912 enquanto eu procuro a outra, por favor? – Anaximandro – Representante PUC Minas –
1913 Dr. Mauro, muito pertinentes esses seus questionamentos. Até pela sua função
1914 institucional de coordenador das Promotorias da nossa Bacia que são praticamente todos
1915 os municípios acabam sendo afetados pela MG 050. Nós estamos percebendo aqui que
1916 o fracionamento dos licenciamentos, a partir do licenciamento pontual de adendos,
1917 seriam, num primeiro momento, demonstrou uma grande facilidade, uma maior
1918 executoriedade, se é que posso usar esse termo do ponto de vista prático para licenciar
1919 demonstrou que se perdeu o controle sobre isso. Acho que eu fui um dos maiores
1920 idealizadores dessa reunião para demonstrar tudo que estava sendo feito ou não feito.
1921 Está demonstrando que a própria necessidade da empresa de mudar sua gestão, de
1922 aumentar sua equipe envolvida em questões ambientais na gestão ambiental mostra que
1923 ela também acordou para isso. Não vamos colocar aqui, ficar nomeando, procurando
1924 culpar nada. Isso que a Presidente falou já ia sugerir que a SUPRAM fizesse uma
1925 análise dessa documentação toda que foi apresentada e aí sim a SUPRAM, do ponto de
1926 vista da análise técnica ambiental, nos demonstrasse qual a condicionante que foi
1927 cumprida, foi parcialmente cumprida, foi cumprida fora do prazo. Eu também faço coro
1928 com seus questionamentos. Nós estávamos conversando. Eu gostaria de saber
1929 especificamente essas duas condicionantes. – Não identificou – Eu lembrei agora qual
1930 que era a outra. Uma era em relação a esse CETAS e também que fala que para vocês o
1931 programa de monitoramento e resgate da fauna. Eu queria ver esses dois programas. A
1932 questão do local para abrigo, reabilitação dos animais. Outra questão da compensação
1933 ambiental da Lei 9.985/2000 artigo 36. A compensação não em área. Não é a
1934 compensação do desmate, mas a compensação pelo impacto ambiental da obra como
1935 um todo. Eu queria saber se vocês protocolaram isso na CPB, se vocês estão
1936 protocolando para nós. Eu quero saber se vocês estão, se a compensação da Lei do
1937 SNUC se ela foi protocolada pela obra como um todo, se ela foi até 0,5% da obra como
1938 um todo ou se está sendo protocolado trecho a trecho ou se não foi protocolado. Queria
1939 saber isso também. – Geovane – Representante Nascentes das Gerais – Foi protocolado
1940 sim o GCA. Até pedido ao senhor Patrick e está em análise lá. Até agora não. Foi do
1941 trecho executado até então e da obra como um todo. Nós temos o cronograma dos 25
1942 anos e da obra até então. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
1943 Público – Tem um valor a ser apurado que até 0,5% como fala no decreto, ele é feito
1944 com base no valor do empreendimento. Tem uma variação muito grande se foi feito até
1945 a data que protocolou, se foi feito na estimativa da obra como um todo ou se está sendo
1946 feita trecho a trecho. Eu preciso saber isso. – Geovane – Representante Nascentes –
1947 Não. Obra trecho a trecho, viu Dr.? – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1948 Ministério Público – Vocês estão fazendo trecho a trecho a compensação da Lei do
1949 SNUC? – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos um cronograma do todo,
1950 como um todo e nós temos das obras executadas por trecho. – Paula – SUPRAM ASF –
1951 Só para esclarecer. Esse primeiro adendo que é onde nós pedimos a compensação da Lei
1952 do SNUC fui eu que elaborei esse adendo. Foi pedido para a obra toda. Possivelmente,
1953 Geovane, eu posso até conferir com o Patrick, mas foi solicitado para a obra inteira.
1954 Considerando todo o trecho de Juatuba até São Sebastião do Paraíso. Eu vou conferir na
1955 GCA se realmente foi protocolada a obra inteira, porque ali está constando que é do
1956 SOS São Francisco, mas não é, é outro tipo de compensação. Eu imagino que tenho sido
1957 feito para a obra inteira. – Pedro – Representante Nascentes das Gerais – Nós



1958 apresentamos no GCA como o trecho todo, porém eles estão em análise ainda porque
1959 eles estão, tanto o Patrick quanto o Samuel que eu acho que é o Diretor ou Gerente, eles
1960 estão com problemas de fazer essa análise do trecho todo por causa dos valores de obras
1961 que ainda vão ser feitas e o impacto que vai ser causado. – Mauro da Fonseca Ellovitch
1962 – Representante Ministério Público – Era isso que eu queria saber. Se vocês tinham
1963 protocolado e o que estava analisado na planilha do que foi apresentado. – Pedro –
1964 Representante Nascentes – Foi apresentado como o trecho todo. – Geovane –
1965 Representante Nascentes – Agora, sobre o centro de controle de animais vou chamar o
1966 nosso representante, o médico-veterinário-biólogo, Dênio Garcia, da Universidade de
1967 Formiga. Esse centro é uma parceria junto com a SETOP e DER onde nós fazemos toda
1968 a parte de apreensão e controle de animais. Ele vai estar explicando mais precisamente.
1969 – Dênio – Representante UNIFOR – Boa tarde! Nós temos esse projeto com a
1970 Nascentes já vai fazer 2 anos. Vão fazer 2 anos. Nós recebemos os animais apreendidos
1971 em torno da rodovia e na faixa de domínio, desde Juatuba até final da concessão.
1972 Fazemos todos os procedimentos. Acho mais fácil nós passarmos em fotos, mesmo que
1973 seja uma apresentação rápida, por causa do nosso tempo. Essa seria a área que nós
1974 trabalhamos. Era uma fazenda abandonada. Nós arrendamos essa fazenda e estamos em
1975 processo de melhora dela através desse projeto também. São os animais apreendidos.
1976 Maioria deles equinos e bovinos. Uma breve foto do local que nós trabalhamos. Ainda
1977 está em processo de melhorias que nós temos dentro do projeto. Parte de tronco, de
1978 curral. Uma fossa séptica para destino dos animais que por ventura morrem durante o
1979 processo. A chegada dos animais pelo caminhão da Nascentes que leva para nós. Os
1980 animais são desembarcados, passam por uma leitura de chip. Antigamente nós não
1981 fazíamos essa leitura prévia porque não tinha animais capturados. Agora nós fazemos a
1982 leitura desses animais que não sejam reincidentes. Essa seringa com a numeração de
1983 microchip. A numeração universal. Não tem outra. Nem como fazer um plágio desse
1984 chip. O aplicador de microchip. O local de aplicação. É abaixo do couro. Ela é
1985 subcutânea. O animal passa por um exame clínico. Esse é o nosso estagiário que faz o
1986 exame semiológico sempre acompanhado por mim. Faz todo o exame. A checagem
1987 desse animal. Olha as condições que esse animal chega para nós. Eles recebem um
1988 vermífugo em pasta oral. É feita mensuração, pesagem e classificação de alguns
1989 ectoparasitas ou lesões visíveis. Recebem o medicamento tópico para controle desses
1990 ectoparasitas. Animais que chegam muito debilitados, no caso desse animal, nós
1991 comunicamos ao Ministério Público, a Dra. Luciana que é a nossa promotora lá.
1992 Comunica com a justificativa de maus tratos. Ele recebe uma suplementação, recebe
1993 uma medicação para ver se consegue recuperar esse animal. Essa é a nossa farmácia
1994 básica que nós temos lá. A parte de alimentação é toda feno, porque em pastagem pelo
1995 número de animais que recebemos não conseguíamos pastagens suficientes para isso.
1996 Parte de ração. A parte de concentrados. Ração farelada. Sal mineral no cocho a
1997 vontade. Nosso sistema de alimentação é ad libitum. Coloca de manhã e a tarde. Enche
1998 o cocho e deixa os animais comerem todos juntos. Há uma separação apenas quando
1999 tem um animal mais agressivo. Nós retiramos e colocamos num piquete separado. Os
2000 animais no estado daquele animal equino branco vai para um curral separado. Uma área
2001 separada, uma área menor, mais facilidade de acesso com uma observação diária e uma
2002 alimentação mais fracionada durante o dia. Alimentação. Cocho cheio. A parte social
2003 que nós temos. O senhorzinho só tinha esse animal. Ele buscou ele a pé. Ele é daqui de
2004 Divinópolis. Esse animal já estava vencendo o prazo dele, nós trabalhamos com 90 dias
2005 de prazo de permanência que é o único na legislação que tem no código de trânsito. Ele



2006 fica 90. A partir de 90 ele passa de posse ao Estado e o Estado leiloa ou faz a doação
2007 para alguns setores. Depende da Secretaria de Planejamento deles. Ele descobriu que o
2008 animal estava lá e foi busca-lo a pé. Um animal mais idoso. Já tinha melhorado bastante
2009 a condição física. A parte de doação de esterco para entidades carentes. O pessoal que
2010 faz parte de uma fazenda de dependência química. Para fazer a horta deles. Nós fazemos
2011 essa. Não, não. É uma fazenda ligada a uma igreja evangélica. A FEAMMA também
2012 busca, a prefeitura. Nós fazemos o recolhimento desses estercos e fazemos essa doação
2013 para o pessoal. Esse é o projeto da faculdade que nós fizemos que diversos bezerros em
2014 diferentes aleitamentos. A parte cultural e científica do projeto. Essas são as aulas
2015 práticas acontecidas lá no local com os professores do curso. Nós também temos,
2016 quando participamos de algum evento que vai criança nós temos esses animais que são
2017 mansinhos e alguns já foram das capturas e foram doados pela Nascentes, pela SETOP.
2018 Nós levamos esses animais para fazer essa parte de ecoterapia. Temos as visitas do
2019 pessoal da APAE lá. A característica dos animais é bovino que chega lá. Os aquilinos
2020 ainda aparecem. Esses burrinhos bem judiados no caso. Esse animal é recorrente. É
2021 daqui de Divinópolis. Ele já foi para lá 4 vezes capturado. Ele já é longa ficha. O
2022 pessoal já conhece ele direto e ele lá quando ele vai para a fazenda tem que ficar dentro
2023 do curral praticamente, porque se bobear ele passa. Esse animal também. Esse animal o
2024 pessoal utiliza muito da boa vontade. Esse animal foi vendido aqui em Divinópolis.
2025 Animal registrado. Foi solto na beirada da pista, pessoal capturou e o dono de Formiga
2026 que comprou buscou e ganhou nessa parte. Os bubalinos que aparecem muito pouco,
2027 mas ainda aparecem. Uma parceria com o Ministério Público que é o acolhimento dos
2028 animais e galos de brigas que são apreendidos. Nós temos um tratamento especial. O
2029 que consegue recuperar nós doamos para os fazendeiros para melhorar a qualidade de
2030 galo. Animais que chegam acidentados, mas, porém vivos. Esse animal teve que ser
2031 sacrificado porque estava todo, com fraturas em todas as regiões. Os equinos que
2032 aparecem. Esse é o quadro desde o início do projeto dia 4 de fevereiro de 2011 até a
2033 data de ontem. Número de animais capturados, retirados, leiloados, doados, mortos,
2034 vencidos. Vencidos porque estão aguardando o leilão dentro da Secretaria e os animais
2035 que estão acolhidos até o momento. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
2036 Ministério Público – Dr. primeiro parabenizar ao senhor por essa iniciativa. Estou
2037 vendo que é um trabalho bem feito em relação a bovino, equino, animais domésticos de
2038 grande porte, até de pequeno porte como as galinhas, mas eu não vi nenhuma iniciativa
2039 para recolhimento, reabilitação de animais. Principalmente de animais silvestres. Eu
2040 acredito que vocês não devem ter ali. Até pela condição do local vocês não devem ter
2041 uma estrutura própria para acolhimento, resgate e reabilitação para animais silvestres.
2042 Estou errado? – Dênio – Representante UNIFOR – Nós não trabalhamos com os
2043 animais silvestres. Foi uma condicionante que nós colocamos na assinatura do projeto
2044 de trabalhar apenas com os animais considerados animais de interesse zootécnico. –
2045 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público - Na verdade não é
2046 nada em relação ao senhor não, mas em relação a Nascentes. A regra para esses
2047 programas de resgate e monitoramento de faunas inclui principalmente animal silvestre
2048 que dá mais trabalho. Eu acredito que até por isso que vocês não quiseram fazer. É uma
2049 razão específica. É um local específico. Precisa de uma área para reabilitação. O
2050 programa não está dentro do que se prevê para esse tipo de empreendimento. Eu queria
2051 também saber, na verdade com a Nascentes também, quantos veículos vocês têm para
2052 resgate? Qual a condição desses veículos para resgate? Que tipo de profissional que
2053 acompanha esse resgate? Isso tudo eu acho que deveria estar dentro daquele programa



2054 de gerenciamento que foi condicionado. Eu queria saber se esses planos de
2055 gerenciamento foram aprovados pelo IEF. – Camilo de Lélis André Melo –
2056 Representante FEDERAMINAS – Primeiramente eu gostaria de cumprimentar
2057 professor Dênio. Esse trabalho que o senhor mostrou aqui para nós eu já tive a
2058 oportunidade de comunicar aqui aos conselheiros que ele era feito, porque tenho um
2059 filho que foi seu aluno e trabalhou na fazendinha. Esse trabalho vocês estão de
2060 parabéns, mas só que tem que nós estamos querendo também os bichos da fauna.
2061 Cavalo, esse trem nós sabemos. Outra coisa. Esse convênio quando foi feito isso eu
2062 batalhei aqui demais porque era um absurdo. Tivemos até discussões calorosas, não é
2063 Dr. Mauro, que já superadas, graças a Deus com o nosso entendimento. Era um absurdo.
2064 Isso tem 2 anos que fez. A concessão foi quando? Olha os benefícios que trouxe esse
2065 convênio! Agora nós queremos são os animais da fauna. – Anaximandro –
2066 Representante PUC Minas – Parabenizo também o Dr. Dênio pelo projeto. Falo como
2067 membro da comissão de ética dos animais da PUC Minas, mas também sou um dos que
2068 bateu muito nessa questão. E os animais silvestres? Animal de produção obviamente,
2069 está sendo já na fazenda, está sendo usado para recuperado, está dando aulas práticas,
2070 está dando até uma destinação socioambiental para esse animal, mas e o animal
2071 silvestre? Falo isso porque, repito aqui novamente, minha esposa, como médica
2072 veterinária, recebe invariavelmente animais silvestres na sua clínica encaminhados pela
2073 Polícia Florestal. Para receberem o primeiro atendimento, primeiros cuidados e tudo.
2074 Depois a Polícia Florestal recolhe e encaminha para algumas fazendas que eles têm
2075 convênio, a liberação de soltura e eles que resolvem. É um problema que nós
2076 identificamos e reiteradamente nós ouvimos casos também. Quase atropeli um
2077 tamanduá. Vi um animal assim na estrada. Vi um animal daquele outro jeito na estrada.
2078 Nossa preocupação realmente, esse é um trabalho muito bem feito, mas nós vimos que
2079 deixou de fora os animais da fauna silvestre. – Marcos Veloso – Representante CREA –
2080 Essa questão do animal silvestre o atendimento a obrigatoriedade da empresa seria só
2081 para os animais acidentados ou teria que sair caçando o animal silvestre? Isso é uma
2082 coisa meio que complicada. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
2083 Público – Vamos ser bem claros. Aqui o programa deles é de monitoramento e
2084 gerenciamento. Realmente são os animais impactados, os animais atropelados, mas
2085 também nós não podemos esquecer que a implantação da rodovia gera um
2086 afugentamento de animais da fauna do seu habitat natural. Não é que eles têm que sair
2087 caçando, mas eventualmente os animais recuperados tem que ter um local para poder
2088 tratar, reabilitar e soltar num local próprio. O que for, por exemplo, encontrado na área
2089 de diretamente impactada. Os animais que foram encontrados em área diretamente
2090 impactada, ainda que não atropelados, eles sofreram diretamente o impacto da
2091 implantação daquele empreendimento. Eles foram afugentados pela implantação do
2092 empreendimento. Eles têm que ter um local para serem resgatados, reabilitados e soltos
2093 em outro lugar. – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos. – Não identificou –
2094 Geovane, até a título de sugestão. Eu se fosse vocês abrangia esse convênio com a
2095 UNIFOR que já está feita e passava a encaminhar esses animais, porque não será
2096 possível que nesse tempo todo vocês não pegaram nenhum animal silvestre machucado?
2097 – Geovane – Representante Nascentes – Nós temos a captura com o boiadeiro até desses
2098 animais silvestres também. O que acontece hoje? Nós encontramos diversos tamanduás
2099 bandeiras, lobo guará, entre outros. Nós capturamos ou contatamos diretamente a
2100 Polícia Ambiental, é feita a captura e não é feita esse, no caso do tratamento, da parte de
2101 medicação. É uma sugestão para nós estar junto com o Dênio aqui hoje. Nós temos essa



2102 relação sim. Por isso que é muita informação. – Não identificou – Mas nós queremos
2103 tirar essas dúvidas mesmo. – Não identificou – Nós temos aqui listas de ocorrência com
2104 os animais silvestres e animais de captura normal. Nós temos todo o levantamento que
2105 são 389 páginas. Aqui tem todas. Deixa eu ver qual que dá. – Não identificou – Para nós
2106 pouparmos tempo. Todo mundo sabe, estou vendo aqui que vocês tem esse
2107 levantamento, mas o que vocês estão fazendo de captura e soltura deles está
2108 inadequado. A Polícia Militar não tem obrigação de dar reabilitação a esses animais. O
2109 convênio deles com o IBAMA está vencido. Esses animais estão na verdade gerando
2110 um grande impacto público. Eu sei porque todas as delegacias de Polícia da região estão
2111 ligando na coordenadoria porque eles entulhados de animais silvestres e não têm o que
2112 fazer com eles, nem tem local próprio para armazenar. Não é assim uma questão de
2113 favor. É uma obrigação do empreendimento. Um impacto diretamente causado pelo
2114 empreendimento que eles têm que dar um jeito de armazenar e reabilitar esses animais.
2115 – Geovane – Representante Nascentes – Nós poderemos propor isso. Não é feito. É feita
2116 só a captura mesmo. Eu acho que não está difícil nós fazermos isso. Nós já temos o
2117 centro. Já temos o membro técnico que pode estar estruturando. – Mauro da Fonseca
2118 Ellovitch – Representante Ministério Público – Até mesmo dentro desse raciocínio de
2119 vocês de estar correndo atrás do prejuízo. Efetivamente está claro para todo mundo que
2120 não foi feito. Eu acho que o mais rápido possível somos nós sentarmos para tentar
2121 estruturar um local mínimo para dar essas condições adequadas para o cumprimento
2122 dessa condicionante. – Geovane – Representante Nascentes – É um dos itens também
2123 para nós obtermos a ISO 14000. Isso já está sendo estudado, até por empresas
2124 especializadas para nós conseguirmos o certificado. – Paula – SUPRAM ASF – Só para
2125 dar uma ideia para o empreendedor. Nós estamos conversando com a diretoria de
2126 proteção a biodiversidade do IEF que se dispôs a nos ajudar nessa empreitada. Como já
2127 existe o local, nós readequamos esse local para estar recebendo também e fazer triagens
2128 de outros animais. Fazer um CRAS também que não justifica nós termos só um
2129 CETAS. Nós precisamos do CRAS também. Nós podemos sentar. Esse projeto,
2130 Geovane, como eu te perguntei, deveria ter sido aprovado pela gerência de fauna que
2131 nós tínhamos no IEF regional, mas como não foi feito à época nós temos a possibilidade
2132 de estar fazendo essa readequação agora. – Dênio – Representante UNIFOR – Eu fui
2133 procurado há uns 20 dias atrás pela Cláudia que é a gerente de projetos do IEF. Nós já
2134 estamos em conversação para fazer, no princípio, o CETAS que é o Centro de Triagem
2135 que qualquer coisa nós podemos, em nome da UNIFOR, nós estamos abertos as
2136 próximos projetos que virão que foi muito bom. O senhor mesmo viu lá o crescimento
2137 profissional que o aluno tem dentro da responsabilidade. Se tomar conta de um animal
2138 que não é dele que pode vir a falecer na mão dele é muito grande. Nós podemos
2139 continuar essa conversa e expandir essa parceria nesse projeto. – Mauro da Fonseca
2140 Ellovitch – Representante Ministério Público – Geovane, eu vou reforçar. Desculpe
2141 estar estourando o prazo, mas eu vou reforçar o argumento da Paula. O IEF já tem
2142 expertise. Já sabe as estruturas. Eles vão te indicar locais em que você vai gastar menos
2143 do que tem que construir um do nada. Já tem profissionais indicados. É realmente
2144 questão de fazer esse CETAS. O CRAS também é importante. Não adianta só reabilitar
2145 e soltar ele na beira da rodovia. – Geovane – Representante Nascentes – Nós estamos à
2146 disposição para melhoria e também a parceria de qualquer centro. Não. Está acabando é
2147 só apresentar aqui a campanha. Desculpa te interromper. As campanhas que nós
2148 fazemos ao longo da rodovia sobre as queimadas. Eu deixei ali também alguns folhetos.
2149 O lixocar. A campanha de Segura o Bicho. Eu gostaria que quem tivesse interessado,



2150 por favor, pode estar pegando o seu exemplar. Aqui são diversas ações. Os panfletos.
2151 No mais eu peço desculpas, porque é muita coisa para nós apresentarmos. A
2152 Concessionária Nascentes das Gerais está à disposição para qualquer convênio,
2153 qualquer sugestão. Nós temos a parte de spots junto com as rádios, televisões. Na parte
2154 de campanha de prevenção de acidentes também com cargas perigosas. Nós estamos à
2155 disposição para qualquer esclarecimento. Ressalto novamente. Estamos para cumprir
2156 todas as condicionantes. Caso nós tivemos dificuldades sim para estar cumprindo
2157 algumas. Agora com essa nova gestão, com certeza vamos garantir um modelo de
2158 excelência na parte de gestão ambiental. Muito obrigado. – **Item 17. Encerramento.** -
2159 Ana Carolina de Brito Machado - SEMAD – “*Eu vou colocar mais uma vez, vou*
2160 *reforçar de que algum conselheiro ou alguém dos presentes que tiverem alguma dúvida*
2161 *para encaminhar para o empreendedor ou para a SUPRAM, que encaminha para o*
2162 *empreendedor que já se colocou à disposição para dirimir as dúvidas.*” Não tendo mais
2163 nada a ser tratado, agradeceu a todos e encerrou a reunião.

2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174

Danilo Vieira Junior
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco